TERRITÓRIOS



RESISTÊNCIAS, DIREITOS E BEM VIVER

realização

carta de belém grupo

apoio

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil



TERRITÓRIOS

RESISTÊNCIAS, DIREITOS E BEM VIVER

APRESENTAÇÃO



O Grupo Carta de Belém completou 10 anos de existência em 2019, com expectativas de avanços nas lutas populares em defesa dos direitos socioambientais de povos e comunidades tradicionais, camponesas/es, povos indígenas, agricultoras/es familiares e populações periféricas das cidades. Tendo os mecanismos de mercantilização e financeirização como a principal falsa solução que busca retirar os territórios das mãos dos povos, diante de todo o cenário de retrocessos profundos na construção da democracia no Brasil, seguimos na luta e resistência em todo o país.

Nesses 10 anos, o Grupo Carta de Belém foi formado e animado por movimentos sociais, sindicais e organizações não governamentais de diversas regiões com o desafio de fortalecer as lutas com formação e incidência sobre as ameaças dessa nova faceta esverdeada do capitalismo sobre os territórios.

Nesta década, episódios como a elaboração do Novo Código Florestal, do Acordo de Paris sobre mudanças do clima, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da Estratégia Nacional para REDD+, a crescente desconstrução das políticas públicas de meio ambiente e clima, o avanço da flexibilização da legislação socioambiental brasileira, e o recente estabelecimento do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL durante a pandemia de Covid-19 foram, por exemplo, objeto de discussões, oficinas, formações e denúncias promovidas pelo Carta de Belém em espaços regionais, nacionais e internacionais.

Os desafios estruturais e conjunturais da luta em defesa dos territórios foram enfrentados arduamente para que chegássemos aos 10 anos de existência e com muitos sonhos por realizar. Pretendemos seguir firmes com as pautas do Grupo Carta de Belém ao mesmo tempo em que o movimento da história leva-nos a atualizações e revisões dos objetivos inicialmente traçados.

Um dos objetivos do Grupo Carta de Belém que se mantém necessário e urgente é o fortalecimento de organizações locais para a atuação nas linhas de frente de defesa dos territórios. Nesse sentido, o grupo promove publicações e atividades que facilitem processos formativos nas diferentes regiões.

Neste momento de profunda reflexão sobre o que vem acontecendo com o país, resolvemos destacar, nesta publicação, análises que nos nutram para a continuidade das lutas e que também nos possibilitem estabelecer conexões e trocas de experiência com os diferentes territórios para a unidade nas resistências, tendo em vista que todos são afetados pelo avanço de estratégias capitalistas de captura do território. Buscamos também fortalecer as culturas locais, promovendo a diversidade das culturas e linguagens próprias dos movimentos sociais e organizações populares.

As valiosas contribuições das companheiras e companheiros da Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica formam o conteúdo deste material, demonstrando que os biomas e territórios estão em permanente disputa e, portanto, refletindo a resistência e a luta por direitos e pelo Bem Viver. Seguimos com um aprendizado coletivo e compartilhado que nos inspira a continuar avançando!

Boa leitura!

SUMÁRIO

Em defesa do "ambiente inteiro"
Rose Padilha • p. 64

Quilombo do Abacatal: a luta pela proteção da floresta e da ancestralidade
Vanuza da Conceição Cardoso • p. 28

Formas de espantar a Cargill (e outras empresas)
Daniela Silva Araújo • p. 16

Desenhando mapas na defesa dos territórios
Gracivane Moura • p. 12

Direitos conquistados são direitos garantidos?
Célia Pinto • p. 24

Em defesa dos bens comuns o lema é: lutar e vencer, desistir nunca!
Francisca dos Santos Araújo • p. 40

O que nos separa nos une também
Fábio Pacheco • p. 44

A caatinga ensina
Marcelo Galassi • p. 74

Precisamos (nos) voltar ao Brasil
Toya Manchineri • p. 82

Recua Bolsonaro: Povos originários em resistência às políticas anti-indigenistas
Jairã da Silva Santos Sampaio • p. 78

O campo e a poesia na luta pantaneira de Dona Miraci
Miraci Pereira • p. 36

Cabem fogo e água no mesmo local?
Cláudia de Pinho • p. 60

Rio Doce contaminado, mulher camponesa organizada: a Vale segue impune!
Maria Lucivanda Rodrigues da Silva • p. 54

Criminalização e perseguição à agroecologia
Gelson Luiz de Paula • p. 32

Em defesa do Pampa, de seus povos e comunidades
Fernando Aristimunho • p. 48

Mbya Guarani, resistência de longa data
Kerexu Ixapyry • p. 08

Organização na cidade: uma sociedade dividida em classes
Fernando Campos Costa • p. 68

Anexos • p. 87
Ficha Técnica • p. 91

Mbya Guarani, resistência de longa data

Kerexu Ixapyry – Comissão Guarani Yvyrupa – APIB



O ano era 1500. Nesse chão que hoje chamamos Brasil, muitos povos viviam tranquilos, em harmonia com a natureza, com respeito à mãe Terra. Foram os guarani, na região litorânea do bioma Mata Atlântica, que avistaram as caravelas aproximando-se. Desde aquele dia, o processo de colonização vem acontecendo no nosso país e nunca parou. "A partir daí, a gente já é exposto e já começa uma violação, um genocídio, ecocídio maior em nossos territórios", comenta Kerexu Ixapyry, liderança guarani da Terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina.

Os povos que, antigamente, eram atacados por homens brancos europeus armados com espadas, hoje são atingidos e ameaçados por homens brancos que vestem a farda do Estado ou são, no mínimo, incentivados por ele. As terras não tinham "dono" porque a relação que os povos tinham com seu território não era de propriedade, mas, sim, de participação. Eles eram, e são (nós somos), parte da Terra, compreendem-na, sentem, vivem enquanto um organismo vivo. Mas o homem branco que aqui chegou, não.

O desejo era conquistar, ampliar, dominar, "enriquecer" — valores muito parecidos com os daqueles acumuladores de capital que hoje, ou "ainda hoje", destroem as florestas para envenenar nossos solos e águas. Esse homem branco criou o Estado e, anos mais tarde, a constituição como uma forma de dizer que "todos são iguais perante a lei". A Terra, mãe dos povos, agora já é vista como um território a ser delimitado por fronteiras sociopolíticas inventadas. Aos povos que ali viviam, o homem branco "concederia o direito" de garantir a demarcação da própria terra.

MATA ATLÂNTICA

DENSAS MATAS QUE RECORTAM O GRANDE BRASIL, A MATA ATLÂNTICA APRESENTA-SE COMO UMA PAISAGEM DE GRANDE PORTE E BIOMASSA: DAS PLANTAS, AOS ANIMAIS E POVOS QUE ALI HABITAM, A DIVERSIDADE COSTURA AS DIFERENTES DIMENSÕES DESSE BIOMA. DE GRANDES IMPACTOS HISTORICAMENTE REGISTRADOS, A MATA ATLÂNTICA JÁ TEVE MAIS DE 80% DE SEU TERRITÓRIO ORIGINAL DEVASTADO, COM PEQUENOS RESQUÍCIOS ORIGINÁRIOS AINDA EXISTENTES NO BRASIL.

"Todo o tempo a gente precisa chegar e traduzir a lei de forma que ela é para dizermos 'olha, a gente tem nosso direito garantido aqui', dentro de um livro que foi exposto pela sociedade de vocês, porque, dentro da nossa sociedade, a gente sabe que a demarcação de terra não existe, existe o território indígena que é o Brasil", comenta Kerexu.

Na Terra Indígena Morro dos Cavalos, inúmeros já foram os ataques às famílias guarani. Posseiros, que já invadem a terra, de vez em quando caminham por lá vigiando, espiando. Atiram para o alto, assustam. Em novembro de 2017, houve o mais forte dos ataques, que deixou todos da região horrorizados, em choque.

A mãe de Kerexu, Juxiká, estava sozinha em sua casa quando dois adolescentes (cujas identidades estão preservadas) a atraíram para um casebre vizinho. Quando entrou, a então cacica avistou um homem, adulto, segurando um facão em uma das mãos. Em uma entrevista concedida ao jornal catarinense Diarinho, Juxiká disse: "Eu senti o primeiro golpe na cabeça e o sangue escorrendo. Senti tudo, mas não entendi direito e só me defendi". A senhora idosa, de 1,52cm, tentou defender-se com os braços, recebeu diversos golpes pelo corpo e teve sua mão esquerda decepada.

O ataque deixou trauma, dor, mas não silêncio. Quanto mais eles atacam, mais os guarani resistem. No ano seguinte, Kerexu lança sua campanha para deputada federal e começa a buscar estratégias de resistência para o povo guarani do Morro dos Cavalos.

"A gente também buscou essa questão da 169 da OIT, a gente criou um plano de gestão territorial. O nosso plano se chama Eko-etno-envolvimento, a gente trabalha tudo dentro desse plano de gestão territorial. A partir daí, a gente começou a cobrar, delegar funções do que já era para ser feito, então, vamos chegar e dizer 'olha Funai, a gente está sendo perseguido, está acontecendo isso e a gente precisa fazer isso, o quanto antes', explica.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 34/93, que sancionou o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) — agência da Organização das Nações Unidas (ONU) — sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, foi aprovado no dia 19 de junho de 2002. Assim, estabelece, no Brasil, as diretrizes do primeiro documento internacional a tratar de temas fundamentais em relação às populações tradicionais. Entre os direitos reconhecidos na Convenção n.169 destacam-se o direito dos povos indígenas à terra e aos recursos naturais, à não-discriminação e a viverem e se desenvolverem de maneira diferenciada, segundo seus costumes.

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA).

O plano de gestão territorial é uma ferramenta de fortalecimento da autonomia Guarani, uma forma de buscar a homologação da terra e de construir o bem-viver. No plano consta, por exemplo, a retirada dos pinus da região para o reflorestamento da área, que já está sendo feito e é uma das ações mais defendidas por Kerexu, junto ao plantio de alimentos que garante a soberania alimentar do povo guarani e sua conexão com a ancestralidade.

"Hoje a nossa floresta não existe do jeito que era antes, e a gente precisa fazer ações concretas que a gente fala 'e aí, precisamos de responsabilidade, precisamos de coragem'. Então, a gente precisa fazer ações para que a gente consiga salvar as outras florestas, que a gente não caia nessa moda de dizer 'salve a Amazônia', simplesmente falando, porque salvar a Amazônia é reflorestar a mata atlântica, salvar a Amazônia é reflorestar o cerrado, é proteger o pantanal, que agora está em chamas. Precisamos desse equilíbrio porque, se a gente continuar batendo em cima só da Amazônia, só na teoria, essa ação de proteção não é uma ação de proteção, ela já vira um olhar de exploração e uma exposição de exploração para essa floresta. A gente precisa ter essas estratégias de lutas. A gente precisa ter essas ações para que a gente consiga, no mínimo, um pouco mais de tempo no nosso planeta.", afirma Kerexu.

Com a pandemia da Covid-19, uma das aldeias teve quase todas as famílias contaminadas, mas nenhum caso grave, quase todas assintomáticas, e os guarani do Morro dos Cavalos utilizaram ervas medicinais para o tratamento. A principal fonte de renda dos guarani é o artesanato, porém, com a necessidade de isolamento social, não havia mais feiras e as vendas diminuíram muito. O que apareceu como possível solução foi o plantio e a colheita de alimentos orgânicos, que se transformam em cestas, e são vendidos pela região da Palhoça.

"A gente começou a fazer esse plantio em 2017. A partir desse ataque, a gente começou a lutar por essa soberania alimentar e pela soberania da nossa organização. Então, virou hábito a gente lutar, principalmente, pela alimentação. A nossa maior fonte de renda ainda é artesanato, então a gente não conseguiu superar isso, porque, agora que a gente está achando algum meio de lidar com isso, até as plantações aumentaram na aldeia. Então, isso veio como um reflexo muito forte. Eu sempre falo que a pandemia ela está dizendo e a gente precisa escutar o que ela está falando para nós. Uma das coisas que os nossos mais velhos falavam era que a reação da Terra ia educar os filhos, e eu acho que chegou esse momento de ficar em casa, de produzir nossos alimentos. Ter esse cuidado com nossa saúde é uma das coisas primordiais dos seres humanos porque os outros seres já fazem isso.", comenta.

Para os guarani, a relação com o plantio também é de resgate da ancestralidade e de conexão do espírito com o divino, com a terra, que é feminina. São justamente as mulheres indígenas as protagonistas da luta pela defesa e garantia dos direitos dos povos. No ano passado, 2019, organizaram a primeira marcha de mulheres indígenas. O nome da marcha quase fala por si: "Território: nosso corpo, nosso espírito".

"É exatamente isso que a gente está fazendo hoje, a gente está lutando pelo território com nosso corpo, mas, principalmente, com o nosso espírito. A gente está lutando muito por essa questão da espiritualidade mesmo porque a gente sabe que, o que a gente está passando hoje, é por algo que a gente deixou de fazer no passado", conta. "Elas (as mulheres) que plantam e fazem fecundar, e a gente precisa muito desses braços fortes que são dos homens para colocar as coisas no lugar, mas quem vai planejar tudo isso é a mulher, então a gente está muito nessa estratégia de luta, porque aí a gente não vai só com o corpo".

É com esse espírito que Kerexu, quando questionada sobre o que pensa das políticas do atual governo (Bolsonaro), convida a olharmos todos e todas para as soluções – algumas, já presentes em sua fala, a defesa da agroecologia, a recuperação do contato ancestral com o divino e com a Terra que está se perdendo, a garantia da soberania alimentar e da autonomia dos povos, a homologação de suas terras.

"A ideia desse governo todo o mundo já sabe, todo o mundo já está vendo, todo o mundo já está sabendo e ouvindo o que ele está falando, vendo o que ele está fazendo. Isso é uma das coisas que a gente, quando identifica essa destruição, a gente identifica o problema, a gente precisa buscar a solução para isso. Então, eu não gosto de falar sobre o que o governo fala, porque isso acaba dando ibope, isso é o que ele quer também, temos que procurar soluções para isso e para as ações também. Hoje, para mim, o que causa todo o desequilíbrio que está acontecendo no mundo veio desse sistema capitalista de todas as esferas, seja ela do agronegócio, da mineração, seja ela da exportação da água, de todo esse tipo de exploração que a gente tem. Então, precisamos achar uma solução e um equilíbrio para isso.", encerra Kerexu.

Arquivo pessoal



Desenhando mapas na defesa dos territórios



Gracivane Moura – STTR Santarém

Ser parte da maior floresta tropical do mundo. Ser parte do segundo maior estado brasileiro. O Pará é grande e há quem queira dividi-lo em dois. Tamanha grandiosidade territorial nos dá a dimensão das lutas por essa terra também. Ainda que a divisão político-geográfica pareça ser algo em aberto, o que se tem certeza é de que a região está dividida em dois projetos contrastantes: o de quem vê a floresta como recurso a ser explorado e o de quem luta para preservá-la em nome do Bem Viver.

Não é de hoje que a maior violação de direitos e ameaças dentro desses territórios vem das madeireiras. Mas é de hoje que os ataques parecem estar cada vez mais institucionalizados e agravados com o incentivo do atual governo. Gracivane Moura, integrante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, desenha o mapa de ameaças que as comunidades locais precisam enfrentar.

"Aqui, na região da ResEx Tapajós-Arapiuns, há grande exploração de madeira. Na região do PAE Lago Grande, a ameaça vem da mineradora Alcoa, que vem avançando para dentro dos nossos territórios. E aqui na região do planalto santareno, que é Cuiabá e Curuá-Una, a monocultura da soja vem avançando, se instalando em 2004, com a empresa Cargill. Então esses são os nossos maiores gargalos, nossos maiores problemas. Mas, nem por isso, a gente deixa de lutar. Temos uma luta árdua enquanto Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que foi e sempre será em defesa da terra, para que os nossos agricultores e agricultoras familiares se mantenham na terra", afirma.

AMAZÔNIA

DE FLORESTAS ÚMIDAS E DE ÁRVORES ANCESTRAIS, A AMAZÔNIA ABRAÇA NOVE PAÍSES SUL-AMERICANOS, COM UMA GRANDE PARCELA DE SUA EXTENSÃO SOBREPOSTA AO BRASIL. DE UMA BIODIVERSIDADE SUPERIOR À 40.000 ESPÉCIES VEGETAIS, ESTA ÁREA ABRIGA UMA GRANDE DIVERSIDADE DE FAUNA, ASSIM COMO UMA POTÊNCIA HISTÓRICA E CULTURAL IMENSURÁVEL DOS POVOS QUE ALI HABITAM E RESISTEM AO AVANÇOS DA FRONTEIRA AGRÍCOLA, UMA DAS MAIORES AMEAÇAS À INTEGRIDADE DA REGIÃO.

Essa luta envolve gente. Gente que trabalha com agroecologia, em defesa das águas, em defesa do meio ambiente. Gente ribeirinha, gente indígena, gente quilombola. Gente que se depara com garimpos abertos na floresta e vê os rios e mananciais, como o Rio Tapajós, sendo contaminados não só pelo agrotóxico, mas também em decorrência da abertura dos garimpos e da mineradora. "A gente tem aí um grande desafio, mas nós continuamos fazendo nossas atividades, as nossas ações de resistência, de lutar realmente pelos nossos territórios".

Com a pandemia, as famílias dos assentamentos viram a capacidade de produção e a realização das feiras reduzidas. Ao mesmo tempo em que o agronegócio, o avanço da monocultura da soja e das mineradoras dentro do território continuaram, inclusive com propostas de financiamento por parte do Governo Federal e de uma política nacional de crédito fundiário, articulada em conjunto com o governo do estado.

Já, para os trabalhadores, o que restou, a muito custo, foi a opção do auxílio emergencial. E, aí, a necessidade para manter-se no campo colocou em risco a própria saúde da população, que, por precisar deslocar-se por grandes distâncias para sacar o dinheiro, acabou levando junto, nas embarcações, de volta aos territórios, o coronavírus. A resistência, mais uma vez, veio dos saberes populares, com muito chá de cumaru, de uma andiroba, de uma copaíba, de tantas outras ervas medicinais que esses povos têm para proteger a vida.

"E a gente tem ido então nessa contramão. Os nossos movimentos sociais, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, nós estamos fazendo uma campanha para que os nossos agricultores familiares, os pescadores, os indígenas e quilombolas, nossas populações tradicionais se mantenham dentro dos territórios, continuem produzindo de maneira sustentável para garantir o alimento e a soberania alimentar dessa população, assim como da população que está na cidade, uma vez que nós, da agricultura familiar, somos responsáveis por 73% da produção", relata Gracivane.

Com o fortalecimento da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Mojuí dos Campos - Flores do Campo, da Associação das Trabalhadoras Rurais em Belterra - Anabela, e da AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Santarém, as mulheres camponesas não são protagonistas

apenas nos cuidados a partir dos saberes medicinais e espirituais, mas também são lideranças importantes na busca por políticas públicas que contemplem a agroecologia e a agricultura familiar.

A informação tem sido base sólida para a transformação social promovida por esses movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais na região. O próprio Cadastro Ambiental Rural (CAR) teve uma experiência diferente: em 2015, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais iniciou um projeto chamado de CAR Piloto. O projeto deu certo, foi coordenado pelas organizações socioambientais e foi o que garantiu, de alguma forma, a questão da titularização das terras. “Há muito conflito por conta disso. Então, o CAR, naquele momento em que a gente implementou, a gente fez este cadastro para alguns agricultores familiares nossos, principalmente nos territórios que não são de áreas de assentamento, que não são dos territórios coletivos. O CAR ele foi um documento muito importante para os nossos agricultores e agricultoras familiares, como se fosse a identidade daquelas áreas produtivas. A gente sabe que a gente está com alguns problemas no CAR neste momento e a gente precisa resolver, mas, com a pandemia, paralisou”.



O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais públicas e privadas, compondo base de dados para o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do solo no país.

Após a inscrição no sistema estadual ou federal (SICAR), é emitido o recibo federal do CAR que seria a “identidade do imóvel rural”, vinculando a pessoa física ou jurídica à determinado perímetro georreferenciado de terra, com a identificação da quantidade e localização da área de preservação permanente (nascentes, olhos d’agua, topo de morros) e da Reserva Legal (80% em área de florestas na Amazônia Legal; 35% na área de cerrado na Amazônia Legal e 20% nos campos gerais em todo o país).

Em maio de 2008, quando o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) estava no Ministério do Meio Ambiente, houve a aprovação da versão mais recente do módulo CAR para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A inclusão de territórios de PCT foi vista pelo SFB como uma grande oportunidade de contemplar um público pouco atendido até o momento nas ações de CAR, tais como: Quilombolas, Quebradeiras de Coco, Povos de Terreiro.



Arquivo pessoal

A agricultora também destaca que os protocolos de consulta foram um importante processo de resistência, levando capacitação e formação para os territórios. Na ResEx Tapajós-Arapiuns, foi mostrando para as populações tradicionais que o direito está garantido na Convenção 169, que as comunidades conseguiram proteger seus territórios. “Primeiro, nós tivemos as assembleias de consentimento, depois nós fizemos as oficinas para que esses povos conhecessem mais sobre a Convenção 169, depois nós iniciamos a fase de visitas a essas comunidades e aldeias para já formar e concluir a minuta dos protocolos de consulta. Uma forma de resistência e da gente manter essa população, esses povos dentro do território”.

Para além do reconhecimento e da titulação dos territórios, Gracivane aponta a necessidade de uma política de financiamento para a agricultura familiar, principalmente no pós-pandemia, pois, com o governo “que está aí”, os povos da Amazônia esperam por mais injustiças e mais desigualdades sociais. A Amazônia em chamas, a região queimando e um desgoverno que destrói iniciativas da agricultura familiar, contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra os povos tradicionais, sejam eles as populações do campo, das florestas ou das águas, é mais uma enorme batalha que será travada por todas as cores e saberes desses povos na preservação da floresta e do Bem Viver.

“A gente ficou muito indignada com a fala do atual presidente, dizendo que são os índios e caboclos que tocam fogo na Amazônia. A gente sabe que não é, não somos nós. A gente prova que não somos nós que estamos tocando fogo na Amazônia. A gente sabe que é o agronegócio, que é esse projeto de morte que este governo tem apresentado para todo o nosso país. A gente está protegendo a floresta, a gente precisa da terra, assim como a gente precisa manter a segurança alimentar de toda população”.

Formas de espantar a Cargill (e outras empresas)

Daniela Silva Araújo – Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba

Organização popular, articulação de movimentos e intercâmbio de saberes entre diferentes comunidades: Pirocaba, no Pará, mostra que é possível vencer as grandes empresas do agronegócio, seus megaprojetos e os danos que trazem.

Ali ao lado o polo industrial de Barcarena, e pense você como é ser vizinho de um complexo industrial. Teve a vez que afundou um navio cheio de bois, um desastre, entrou tudo pros rios da comunidade, óleo, restos, contaminou tudinho. Navio Haidar, era esse o nome. Outros acidentes também: e uns querem abafar, mas a gente sente. É isso, o povo sente. E se organiza: colônia de pescadores, sindicato de trabalhadores rurais. Quando o povo se junta é que mostra a força. No início, lá na região de Pirocaba, os pescadores cuidavam das coisas dos pescadores, o sindicato das coisas do sindicato, cada associação cuidando do que achava que precisava cuidar. Só que o povo tem que se juntar para mostrar força.

E se juntou.

Muito disso tem a mão da Daniela. Ela faz parte da Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba, a ASAPAP, no município de Abaetetuba, Pará, região amazônica. Ela garante: é ruim ser vizinha de complexo industrial; mas talvez o mesmo pensem os empresários do complexo — se o seu objetivo é invadir territórios, contaminar água e terra e expulsar pessoas de suas casas, deve ser ruim ser vizinho da Daniela. Na história que segue, fica bem evidente por quê.

O sobrenome da Daniela é Silva Araújo. Foi ela mesmo quem nos contou tudo:

Antes da ASAPAP, a FASE ajudava muito as famílias da região. (Não vamos nos perder na sopa de letrinhas: FASE é Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.) A ajuda vinha com orientação e com formações na comunidade de Pirocaba, ameaçada por grandes projetos de portos e pelo complexo industrial de Barcarena, que atropelavam pequenas e pequenos agricultores e pescadores artesanais com seus imensos navios. Daniela começou participando das formações. Assim, ela foi se envolvendo na luta, mesmo com filhos, família, trabalho.

A Daniela diz, e é verdade, a gente pensa assim mesmo: que as coisas acontecem só com a gente, por algum acaso qualquer. Vem uma tragédia, um desastre ambiental, e logo a gente pensa que foi só a gente prejudicado, que aquilo não tem outras relações e causas. Só que não é bem assim: com o envolvimento da FASE e o intercâmbio de informações entre territórios, logo Daniela viu que o que acontecia ali em Pirocaba acontecia em vários outros lugares e atingia mais um monte de gente. "A gente começou a perceber que tinha muitas pessoas vivendo essa mesma coisa e a gente precisava, de alguma maneira, se organizar para que a gente não sofresse ainda mais com o que a gente já estava vivendo".

A comunidade é das coisas mais importantes, diz a Daniela. É onde se nasce e é onde se vive e é onde se come açaí, peixe, camarão. Ela não ia deixar barato, então, vir um monte de empresas construir um complexo industrial, mega-portos interessados só no lucro e na acumulação. Ela não ia assistir esse monte de empresários chegar, instalar-se e destruir a vida local. Então, a Daniela envolveu-se; não só ela: o povo organizou-se.

"Então, quando chegou o representante da Cargill dentro da comunidade, dizendo que ia fazer uma reunião porque já iam começar as obras... isso foi no final de 2017, e as obras iam iniciar no começo de 2018, um porto ia ser construído ali, que ia gerar muito emprego. Todo aquele desenvolvimento, aquela coisa bonita. Eu comecei a escutar e aquilo não caiu como bonito porque eu já estava ali ouvindo algumas coisas e, para mim, aquilo ali era uma merda". Uma merda mesmo, disse a Daniela, e a gente escreve aqui por que é o que é de fato. E logo perceberam que a Daniela ia dar trabalho, tinha ali alguém disposta a falar e a denunciar as mentiras das empresas, então não queriam ela por perto. Mesmo os homens da comunidade, seduzidos pelas falsas promessas de trabalho, não queriam ela ali.



Aí disseram que a reunião era só para homens. Daniela ignorou. E continuou indo aos encontros. E convidou as presidentas da associação de pescadores e do sindicato. Que história é essa de lugar só pra homem?

"Aí quando a gente chegou na reunião, um rapaz começou a falar todo o processo que ia acontecer, que ia ser feito um porto, uma área de retroporto, uma área de agroindústria... começou a falar tanta coisa que eu tive que perguntar: 'onde fica a gente nessa história? Porque vocês falaram que era um porto e agora tão falando tudo isso aí. Onde a gente fica? Eu conheço muito bem essa área e não dá pra fazer essa estrutura toda dentro desse pedaço de área'". E aí a verdade apareceu, e que bom que a Daniela estava lá e falou, porque, assim, o homem da Cargill não pôde falar outra coisa que não a verdade: quem mora na beira do rio, os pescadores, iam ser remanejados. Tinha um Minha Casa, Minha Vida sendo construído para essas famílias, um condomínio longe do rio, estava tudo encaminhado. Faltava só avisar as pessoas que iam ser "remanejadas" — que é só a palavra bonita para dizer "expulsas".

Esse homem deve estar doido, Daniela pensou, e não só pensou, como perguntou: "Você está doido?". E o homem perguntou: "Por quê?". Ora, como se fosse algum mistério, e Daniela teve que explicar o óbvio: "Como é que você vai levar um pescador, que mora na beira do rio, que só sabe pescar, ou um peconheiro que apanha açaí, que vive daquilo, tu vai levar o açaí junto com ele pro asfalto? Vai levar o rio onde o pescador pesca pra lá também?".

Provavelmente não, e seguiu a Daniela atrás das respostas: "Eu só queria que você falasse a verdade. O que realmente vai acontecer? Quem são as pessoas que vão sair? Só queria que vocês falassem a verdade para essas pessoas, que não adianta você dar o emprego durante três anos, do pico de obra, e você não falar a verdade para ele, que ele não vai morar mais ali. Que não vai ficar mais no lugar onde ele mora, onde tem o açaí, onde ele tem o peixe. É isso que eu quero que você fale". O homem gaguejava nervoso e, junto com ele, toda a Cargill, que não tem o costume de falar a verdade (sabe bem disso o povo de Santarém, e que bom que o povo conversa): "A gente pensa que é só a gente, mas, quando a gente senta com esse grupo de pessoas, vê que são as mesmas empresas que estão ali se instalando, que eles têm as mesmas artimanhas. Se a gente ainda mora aqui em Pirocaba, se a gente conseguiu permanecer aqui, foi porque a gente conheceu as outras realidades. A gente saiu muito de dentro da comunidade. Eu fui para Santarém, conhecer de perto o porto da Cargill, ouvi depoimentos de pessoas que tiveram que sair de suas casas, que eles usaram de má-fé, pegaram assinatura das pessoas e depois diziam 'ué, você que assinou, que autorizou a gente implantar aqui'".

Daquela reunião em diante, a briga começou. O primeiro embate foi dentro da comunidade: o trabalho de tirar da cabeça do povo que o porto da Cargill era bom para as pessoas dali, como a empresa vendia. Mostrar que as promessas eram vazias. Foi aí que o povo se juntou para conversar: a FASE, a colônia de pescadores, o sindicato, a igreja católica, a igreja evangélica, as associações: "Ou a gente fazia alguma coisa ou cada um se virava para um lado e se quebrava". A briga era com os grandes; e não é só a Cargill: tem uma série de outras empresas que estão querendo se instalar na região, procurando uma brecha para poder entrar.

Documentação e protocolo de consulta

Depois de mostrar a verdade sobre os empreendimentos e seus danos, o trabalho foi de organizar a documentação. Aí mais um problema: a garantia da palavra, como costumavam se dar os acordos de compra e venda na comunidade, não serviriam nessa briga. Muitas famílias que estão em Pirocaba há dezenas de anos, a vida toda, só têm o título de posse ou de transferência; outras não tinham nem ideia do que era isso: "Era uma coisa assim que cada um sabia, até hoje, graças a Deus, cada um sabe seu pedacinho e ninguém ali rouba teu pedaço, entra no que é teu. Existia essa coisa dentro da comunidade. O que precisava além daquilo, né? Era a nossa palavra que era a mais forte".

Com o tempo e com bastante trabalho, a documentação foi organizada e um novo passo na resistência foi dado: o protocolo de consulta. Mesmo que o projeto avance, a exigência da comunidade é ser ouvida: "A comunidade ia ter direito de falar, de ser ouvida, de ser consultada. E isso era algo que a gente precisava. Ou a gente se agarrava nisso ou não tinha mais nada a ser feito. Então, o protocolo de consulta foi um alento para nós. A gente precisava organizar a comunidade, mostrar para ela o que seria todo esse processo, porque não seria uma coisa rápida de acontecer".

Aí a vida da Daniela parou — um impacto bastante grande na vida de alguém, mas que nunca aparece em estudos de impacto de grandes projetos: aquilo tudo que acontece com uma comunidade antes mesmo de a obra começar — "Eu costumo dizer que minha vida parou, porque a gente começou a sair de casa em casa, falando que queria reunir, falava um pouco o que era o projeto, o que ia acontecer. A FASE mandou pra gente vários mapas, a gente se debruçou sobre isso, começou a colocar as ameaças, tudo o que ia acontecer, o que a gente ia perder". Ou seja: estavam

fazendo o trabalho que a própria empresa e governo deveriam fazer: informar as famílias. Era a verdade que se mostrava e as pessoas, quando ouviam, entendiam o perigo: "O território, para nós, não envolve só a comunidade, não: hoje a gente aprendeu o que é um território, que ali tem tudo o que a gente precisa para viver". E o protocolo de consulta em si mostrou-se uma boa ferramenta de defesa: em sua construção, há debate: "Ele forma as pessoas, os grupos, as comunidades, a terem consciência do seu direito".

Pressão na assembleia e denúncias nos órgãos competentes

Construído o protocolo de consulta, próximo passo: Assembleia Legislativa do Pará, a ALEPA: "A gente conseguiu duas audiências públicas no município de Abaetetuba porque, quando a gente foi procurar saber a verdade, o que seria realmente o projeto, ninguém aqui [em Pirocaba], vereadores, prefeito, não sabiam de nada, ou fingiam que não sabiam: porque ninguém entra na casa de ninguém sem pedir permissão antes, sem dizer o que vai fazer. Eles omitiram essas informações de nós, já tinham aprovado plano diretor, dentro do município de Abaetetuba, sem consultar as comunidades que iam ser afetadas; já tinham colocado que Pirocaba ia ser uma área de expansão industrial". Convenientemente, a área onde a Cargill quer instalar-se.

"A gente foi pra cima: duas vezes a gente ocupou a Câmara, pediu audiências públicas, mas em uma não ia o prefeito, em outra o secretário de meio ambiente dizia que não estava acontecendo nada. Eles iam empurrando". Aí, em 2018, o protocolo de consulta foi lançado e, logo no começo de 2019, foi anunciada uma audiência pública sobre o porto da Cargill. Só que o protocolo já estava pronto e o que se pedia no momento, mais que uma audiência, era a consulta às comunidades atingidas, o que foi ignorado. O jeito foi levar a questão para a Defensoria Pública: "A gente foi pra defensoria, reuniu outras lideranças de comunidades que iam ser afetadas, envolveu eles na luta porque a gente sabia que só Pirocaba não ia conseguir fazer isso. A gente chamou todas as outras comunidades que estavam na área direta de influência do projeto e, quando a gente chegou lá, a defensora pública mostrou o papel das oitivas: a Cargill já tinha um documento pronto dizendo que já tinha consultado as comunidades, tinham usado fotos de pessoas, dizendo que já tinham ido na casa dessas pessoas, tinham feito todo o relatório, estava todo bonito. Então, a audiência pública não ia ser nada daquilo que a gente queria". Era um teatro, dirigido pela Cargill.

A denúncia foi, então, parar no Ministério Público Estadual. E no Federal também. E na Secretaria do Meio Ambiente do

GRI LA GEM



FASE/Fundo Dema

Pará. E no Tribunal de Contas municipal. "Em cada um desses órgãos, a gente protocolou a nossa indignação em relação à não-consulta".

"E quando foi um dia antes da audiência pública, que já estava agendada, eu fui e tentei uma reunião com o secretário de meio ambiente. A gente conseguiu que a reunião acontecesse porque um vereador participou com a gente, a gente conseguiu levar ele junto, mais um representante da FASE e eu como representante dos movimentos sociais de Abaetetuba. Quando a gente chegou lá, o secretário disse que já estava tudo organizado, que não sabia se íamos conseguir parar a audiência. Eu falei: se você não fizer o que está na lei, porque a gente está aqui cumprindo a lei, eu te falo uma coisa, eu não sei também se essa audiência pública vai acontecer". No dia seguinte, chega a notícia de que a audiência tinha sido cancelada. Uma vitória não só para Pirocaba, como também para todas as comunidades envolvidas: "A gente conseguiu cancelar a audiência pública. Falaram que adiou, mas, até hoje, eles não marcaram outra. Mas a gente sabe que eles estão aí, que eles não vão deixar a gente. Eu sofri muita perseguição dentro da comunidade... gente que ia bater foto da minha casa... eu me senti intimidada, mas isso não me fez desistir e nem vai fazer".

CAR e grilagem

A história da Daniela comprova: o povo, unido em defesa do território e da vida, pode sim barrar a Cargill e as grandes corporações do agronegócio e do extrativismo. Só que veio 2020, a pandemia, e as ameaças seguiram. A nova Lei de Terras do estado do Pará, muito parecida com a lei de [grilagem de] terras do governo Bolsonaro, é o novo mecanismo de ataque aos territórios: "A nova lei de terras é como se tudo aquilo que a gente tivesse lutado para conseguir eles jogassem um balde de água fria em tudo. O que esse governo [Bolsonaro] representa são só coisas ruins. Nada que

eles fazem, que eles propõem, é algo que nos ajude, que nos fortaleça. A gente tinha conquistado alguma coisa e, agora, é como se a gente tivesse que começar do zero, isso é muito ruim. Então, vejo esse governo como péssimo, perverso, egoísta".

O uso do CAR para fins fundiários e a legalização da grilagem de terras, incentivada por Bolsonaro preocupam: "Hoje em dia, um telefone bate um ponto de GPS. Se eu estou na minha área há anos, mas chega um fulano de tal mal-intencionado e compra uma área do meu lado e bate o ponto de GPS na minha área, como é que eu vou provar para aquelas pessoas ali que a terra é minha, ou, então, para o Estado? Eu não tenho como pagar um advogado ou entrar com uma ação judicial. Mas aquela pessoa que está ali pode ter. Então, esse CAR é algo que amedronta a gente".

Antes da pandemia, os jovens de Pirocaba fizeram georreferenciamento. Foram de casa em casa, batendo ponto, para conseguir a autodemarcação do território. Só que o trabalho foi paralisado devido à pandemia, além de um estudo antropológico (a antropóloga responsável teve que retornar para Belém). Tudo parado, só que não eles: "Quando a gente viu, a Secretaria de Meio Ambiente do estado já tinha dado várias licenças para que outros projetos sejam implantados". Em meio à pandemia, de repente, barulho de máquinas, a boiada passando. A TLA — Terminais de Líquidos da Amazônia — desmatou uma área imensa para armazenar combustíveis — a área é de assentamento e está próxima à comunidade Pirocaba — "É uma coisa que está nos preocupando porque eu sei que, para eles chegarem em nós, é em um estalar de dedos e, se a gente não fizer alguma coisa agora... um já entrou e, para chegar o restante que estão por trás deles, é uma coisa muito fácil de acontecer".

Com seu envolvimento e sua capacidade agregadora, Daniela foi convidada a concorrer a vereadora. Não aceitou, o que não tem nada a ver com desmerecer a luta na arena da política representativa: "A gente depende muito disso. Não aceitei porque eu falava que isso é uma construção também. Eu fui eleita presidenta da ASAPAP, a gente está com dois projetos para serem encaminhados, então, para mim, não dava. Mas as comunidades estão colocando pessoas que se envolveram na luta e que possam nos ajudar. A gente sabe que, na política, existem aqueles que fizeram pouco caso da nossa luta, então a gente está querendo mudar isso e estamos trabalhando conjuntamente para que isso aconteça".

Orgulho, é isso que Daniela tem de seu território e de sua luta. A luta vale a pena e ela lembra, como se fosse hoje, o dia que o protocolo de consulta foi lançado: chovia e, enquanto ela se arrumava em casa, pensava: "Não acredito que essa chuva vai estragar". Quando chegou no centro da cidade, a surpresa: a comunidade inteira estava ali, gente chegando de sombrinha, de todos os lados, não tinha nem mais lugar para sentar: "Aquilo ali foi muito forte. Hoje eu tenho orgulho de dizer que sou agricultora, feminista, que quero morar na minha comunidade, quero permanecer aqui. Eu sempre falava, nas audiências públicas, que eu não fui ensinada a comer soja, eu não fui ensinada a comer aquilo que vai ser exportado para os porcos. Eu fui ensinada a tomar açaí, a comer camarão, a comer peixe. É isso que eu ensinei para minhas filhas também. E é por isso que vou lutar, pela permanência no meu território, pela permanência na minha comunidade, porque eu devo isso não só aos meus ancestrais, mas também às futuras gerações".

Direitos conquistados são direitos garantidos?

Célia Cristina da Silva Pinto – CONAQ

Cem anos após a abolição de forma inconclusa da escravidão, a Constituição Brasileira garantiu, no papel, direitos às comunidades quilombolas à propriedade de terras. Ainda assim, a carta não garante o cumprimento dos direitos no dia a dia das populações. O relato da liderança quilombola, Célia Pinto, da comunidade Acre do município de Cururupu, no norte do estado do Maranhão, mostra que as disputas pela terra são uma realidade e, muitas vezes, representadas pelo próprio Estado brasileiro.

Célia organiza-se pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), no município em que a maioria da população é preta, como acontece em grande parte do Maranhão, onde 74%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do povo é dessa etnia. O uso das terras no território quilombola é feito de forma coletiva, uma diferença de concepção frente à privatização do bem público, especialmente para quem vem de fora e quer "desenvolver" a região. Dentre os muitos casos de grilagem de terras e disputas que ela sabe contar de memória, um chama mais a atenção.

Uma família foi despejada de sua casa, onde vivia da roça e da produção de farinha, sob decisão judicial, em que um fazendeiro alegava ter documentos de posse da terra. "Era apenas para retirar uma casa de farinha e o oficial de justiça chegou com a polícia e mandou que a família se retirasse do território, derrubaram a casa, destruíram tudo da família e só depois que chegou à tona, e todo mundo correu em cima, o juiz volta atrás da decisão, mas a casa da pessoa já está destruída e hoje a pessoa está com medo de voltar para o território".

A relação entre o Estado e as violações de direitos das comunidades tradicionais não se limitam a Cururupu ou ao bioma Amazônico. O estado apresenta uma área de transição ambiental entre Cerrado, Amazônia e Caatinga. Nos diferentes biomas, uma similaridade: os interesses exploratórios de avanço do agronegócio. "Se a gente vê o cerrado maranhense, na região do baixo Parnaíba, já está praticamente tomado pelo plantio de soja, algodão e eucalipto. E aqui já começa também essa especulação e nosso maior medo é esse".

Sem consulta prévia como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e sem diálogo com as comunidades, a duplicação da BR-135 é mais uma preocupação para as comunidades acostumadas ao modo de vida em sintonia com o tempo da natureza. O projeto avança em plena pandemia e a duplicação deve afetar mais de 10 mil pessoas no trajeto.

O projeto, iniciado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) em 2017, previa a duplicação da BR entre os municípios de São Luís e Miranda do Norte. Agora, durante a maior pandemia do século XXI, o Tribunal de Contas da União autorizou, em julho deste ano, o início das obras de duplicação de 18 km da rodovia, entre os municípios de Bacabeira e Santa Rita.

Nessas terras em que viveram seus avós, a comunidade foi cortada pela chegada da rodovia. Agora, é a vez da duplicação. Onde antes era o som de crianças brincando, agora é o som de uma rodovia com caminhões de carga. "E essas comunidades são atingidas pela duplicação da BR, pelo linhão de alta tensão da Eletronorte e a estrada de ferro da Vale. Então, o território dessas comunidades está praticamente todo com empreendimento", conta Célia.

Se, por um lado, a duplicação de rodovias, ferrovias e a construção de portos é visto como um elemento positivo para os exportadores de commodities, para as populações que vivem de forma comunitária, que se organizam secularmente nesses territórios, a instalação dessas estruturas de escoamento de produção traz insegurança e abala a tranquilidade em que vivem as comunidades.

"A duplicação da BR-135 vai atingir, diretamente, mais de dez comunidades quilombolas que estão à margem da BR e no raio de 40 km, mais de cem comunidades quilombolas. Temos ainda linhões de alta transmissão que estão cortando os territórios



sem consulta aos territórios. Tudo com consentimento de um suposto proprietário que libera, por exemplo, para passar o linhão, ele libera, para passar a duplicação da BR, se está próximo, ele diz que ele é o dono, então ele libera, e está acontecendo dessa forma", relata.

Entre os avanços do "desenvolvimento" e a luta pela defesa da forma de vida tradicional, que coexiste em respeito à natureza, está ainda o Centro de Lançamento de Alcântara. A região é conhecida por ser um território étnico em que residem 110 comunidades quilombolas. Em 1983, quando foi criado o Centro de Lançamento, mais de 300 famílias de 24 comunidades foram retiradas de suas casas no litoral e movidas para o interior do estado, afetando, diretamente, o modo de vida dessas populações pesqueiras. Agora, novamente, as comunidades estão em alerta. "Nós temos enfrentado, diariamente, para que não ocorra despejo das famílias dos territórios para a ampliação da base espacial".

As experiências do passado são base para a luta de hoje. Célia entende a importância de estarem articulados em diferentes âmbitos, local e regionalmente, denunciando possíveis violações de direitos internacionalmente. "A gente sabe que as comunidades estão sendo mobilizadas, tem lá o Movimento pelos Atingidos da Base Espacial de Alcântara, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres, que têm feito essa mobilização constante de estar sempre presente, tem também a Associação das Comunidades do Território Étnico de Alcântara. Então, eles têm feito essa movimentação no sentido de deixar sempre as populações, as comunidades em alerta juntamente com outras organizações de apoio e assessoria".

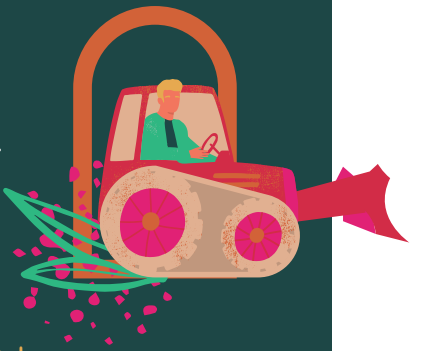
Ao mesmo tempo em que essa série de ações são encabeçadas por diferentes instâncias do Estado, todas alinhadas sob a perspectiva desenvolvimentista, os povos seguem construindo seu desenvolvimento de forma concreta. Construindo redes de apoio mútuo e utilizando recursos para gerar renda de forma comunitária, produzindo comida e entendendo que nada adiantam grandes obras se, para isso, milhares de pessoas serão completamente afetadas.

Assim, Célia define belamente a forma de vida em que as populações tradicionais vivem secularmente nesse país: "Sustentável é o que as comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, indígenas, comunidades ribeirinhas, as quebradeiras de coco, os extrativistas fazem. Que é utilizar os recursos, gerar renda, mas preservando, protegendo a natureza, tendo essa relação direta porque sabem que dela é que precisam tirar seu sustento".

"A resposta é nós por nós". É nesse entendimento e com o aprendizado de quem já viu muitas injustiças e entendeu que o caminho é a articulação popular que ela define: "Existir para resistir. Nós vamos existir sim. Nós somos muito teimosos e não vai ser Bolsonaro que vai fazer a gente deixar de existir não, pelo contrário, eu penso que, se a gente conseguir realmente unir forças, o que pode acontecer posterior a esse governo dele, a gente vai estar mais fortalecido ainda para enfrentar outros que virão. E a gente precisa fazer isso, unir forças, se reinventar. E é nesses momentos de dificuldades, de crises que nosso povo sempre se reinventou, então a gente precisa também, nesse momento, se reinventar e continuar resistindo para garantir nossa existência nessa sociedade brasileira, nesse planeta Terra".



Quilombo do Abacatal: a luta pela proteção da floresta e da ancestralidade



Vanuza da Conceição Cardoso – Território Quilombola de Abacatal

No estado do Pará, na Amazônia, um cerco. Empreendimentos chegam com uma palavra já temida pelos moradores locais: "progresso". Empresas transnacionais realizam, ao redor das cidades, construções que passam por cima de territórios ancestrais para trazer o tal do progresso. Um desses territórios é o Quilombo Abacatal, situado no município de Ananindeua desde 1710 de acordo com a história oral da comunidade, com sua titulação coletiva conquistada em 1999. Com 518 hectares de área verde, o Quilombo é considerado pelos quilombolas o "pulmão verde" de Belém, e há muita luta para que toda a vida desse rico pedaço de terra seja preservada em um cenário de crescimento desordenado da capital rumo à região metropolitana.

Vanuza da Conceição Cardoso, 43 anos, é hoje liderança afro-religiosa do Quilombo e conta que as "melhoras" prometidas pelos empresários da região são melhoras somente para eles, não para o povo quilombola. Nomear quem são os responsáveis pelos grandes empreendimentos pode ser arriscado demais. "A gente consegue visualizar, mapear essas empresas, mas é uma coisa assim que a gente tem que ter muito cuidado hoje, porque a gente está lutando não só com o Estado brasileiro, mas sim com outros, e aí as pessoas, esse capital internacional, eles não moram no Brasil, não estão nem aí pra nada, então eles vão passar por cima de tudo e de todos", comenta.

Bem perto da comunidade, uma enorme subestação de energia com duas bases, uma de 500kw e outra de 240kw, está sendo construída. Vanuza descreve a obra como "um cemitério de ferro a céu aberto". Diversos para-raios foram instalados ao redor da subestação com o objetivo de evitar acidentes. "E para onde vão esses raios? Para os lugares próximos, e aí acaba acometendo a comunidade. A gente teve muito prejuízo, prejuízos irreparáveis, de morrer animais com raios, as crianças não brincam no campo de futebol quando chove porque é muito arriscado, e nem a pandemia parou os trabalhos da subestação, entende?", relata.

"Fique em casa" – foi a campanha lançada de forma massiva nos principais veículos de comunicação durante a pandemia da Covid-19. As autoridades de saúde do mundo inteiro defenderam o isolamento social como principal medida para evitar a disseminação do coronavírus. Um grande PARE! a todos e todas. Mas e o Estado? Bem... os empreendimentos que são obras do Estado não pararam. A pandemia somente escancara uma série de desigualdades estruturais de nossa sociedade. Enquanto os parlamentares participavam das sessões em "home office", a classe trabalhadora, os operários, construtores civis, continuaram normalmente suas atividades. Essas construções no estado do Pará, muitas vezes violadoras de uma série de direitos, são autorizadas por governos cujas campanhas políticas são financiadas pelas mesmas empresas que destroem a região. Coincidência? Para "passar a boiada" dos grandes empreendimentos nos territórios, não há pandemia. Agora, se você é quilombola, tem o próprio território atingido por uma obra

FASE/Fundo Dema



e precisa defender-se, o Estado lamenta, mas os processos estão parados em função da Covid-19.

Além da subestação de energia, outra construção no entorno do Quilombo afeta a comunidade: uma rodovia privada que, por mais irônico que pareça, foi chamada "Liberdade". O projeto é desviar o curso de uma estrada que permite o acesso da comunidade a outros municípios da região, o que significa, na prática, impedir o direito de ir e vir e isolar, ainda mais, o Quilombo. A consulta prévia livre e informada nunca aconteceu, o consentimento da comunidade nunca foi dado e, para piorar a situação, os responsáveis pela construção da rodovia invadem o território.

"Eles entram na comunidade. Essa é uma das piores violações, tem alguém lá em cima de ti filmando tudo, mapeando tudo, e a gente sem saber, sem documentação, sem pedir licença, sem nada, então isso é muito complicado. E a pandemia só aumentou isso porque só nós ficamos parados, o povo, a base, o menos favorecido, porque eles não, todos os projetos continuaram, todos os projetos de interesse do governo, de capital financeiro internacional avançaram consideravelmente, então não só os quilombolas, mas os indígenas também vão ter muitos problemas com toda essa "boiada" que ele tocou mesmo né, e com toda essa reviravolta com essas leis, dessas PLs que ele está criando, tudo que vem diretamente atingir a todos nós", comenta Vanuza.

A palavra Quilombo já fala por si. Homens e mulheres negras que se unem, antigamente fugidas da escravidão, para preservar sua cultura afro-brasileira e seus valores de solidariedade e de afeto. As remanescentes de quilombolas dão sequência a uma luta sangrenta contra o Estado escravocrata, lutam pelo pagamento de uma dívida histórica com o povo negro que, até hoje, nunca foi paga. "Esse processo nos dá uma resistência de seguir porque já foi bem pior pros nossos... eram mortes, eram pessoas que apanhavam muito, né, não que a gente não continue apanhando, hoje é diferente, né. As formas de resistência que a gente busca são os enfrentamentos coletivos mesmo, são os territórios que se organizam pra lutar", lembra Vanuza.

FASE/Fundo Dema



Para alguns, a imagem de um "feminino sem força" ainda prevalece. Na realidade, quem costuma estar na linha de frente desses movimentos de defesa e de preservação da terra são as mulheres. O próprio Quilombo Abacatal é um território matricial e toda a origem da comunidade é feminina – são mulheres as lideranças na coordenação da Associação (cerca de 80%), como são mulheres as lideranças na religião. "E é uma sensibilidade diferenciada porque a mulher à frente dessas lutas agrega todos os valores diretamente à vida, porque é a mulher que gera, que cuida e que protege, então a gente não tem essa visão de proteção de uma ou de outra, mas do todo", comenta Vanuza.

Se o Quilombo hoje segue protegido, é graças às mulheres no front e à fé dos irmãos e irmãs quilombolas em Oxalá e em todos os Orixás. "Já perdemos muitos companheiros, muita liderança assassinada, comunitária, quilombola, indígena assassinada, por conta de questionar de bater de frente, de denunciar. Eu penso que a gente não tá em tempo de perder mais ninguém, a gente tem que criar uma nova estratégia de defesa, uma nova estratégia pra gente se manter, mesmo que a gente não avance, mas que a gente se mantenha onde a gente está e, de uma forma minimamente protegida, protegida pelos nossos ancestrais, pelos nossos guias, pela espiritualidade que nos acompanha, pelos Orixás. Então, muitos de nós que temos e seguimos essa fé, hoje, a gente sabe que é quem nos guarda", conta.

Vanuza foi uma das pessoas do Quilombo que pegou a Covid-19 e conta que essa experiência de não saber se iria sobreviver por mais um dia transformou sua visão sobre o que essa pandemia veio nos informar. "Eu percebi que a gente precisa dar importância ao ser humano, ao ser generoso, ao ser pessoa diferente, e não ao ter. Eu acho que algumas pessoas ainda não caiu a ficha, esse processo do ter, nessa corrida louca de ter as coisas, conseguir as coisas...", comenta.

O Quilombo Abacatal, com suas mulheres e homens, com sua força e sua fé, segue firme na defesa desse pedaço de chão que é, além de um pedaço do todo, o pulmão de Belém. Segue sendo a resistência verde, de luz, amor, afeto e companheirismo no meio de uma "selva de pedras" que não deveria sequer ousar invadir a selva das florestas. Aqui, há guardiões e guardiãs, prontos para defender sua sagrada terra.

PASSAR A BOIADA

Criminalização e perseguição à agroecologia



Gelson Luiz de Paula – Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de São Francisco de Assis

Dois mil e treze (2013) foi um ano que marcou a história recente do Brasil com as chamadas "jornadas de junho", quando milhões tomaram as ruas em cidades de todo o país. O que acontece na cidade reverbera nos noticiários, mas e o que acontece no campo?

Cedo da manhã do dia 24 de setembro desse mesmo ano, policiais federais chegaram à casa de Gelson Luiz de Paula, agricultor familiar e membro-fundador da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de São Francisco de Assis (ASSIS), e de seus companheiros — todos de Irati, Paraná. Naquele dia, Gelson não estava em casa, tinha dormido na cidade para evitar atrasos no trabalho. "Vieram sem perguntar nada, só perguntaram o nome e disseram que estava sendo preso. Nos colocaram na viatura e nos levaram para a PF [Polícia Federal] em Curitiba e nos jogaram numa cela", escreveu Gelson em uma carta redigida enquanto esteve preso. A acusação da polícia era de que ele e seus companheiros de associação teriam desviado recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Gelson começou a trabalhar na roça ainda criança, precisava ajudar no sustento da família. Destacou-se como liderança comunitária aos 15 anos e logo foi construindo sua missão e projeto de vida: melhorar a alimentação e a qualidade de vida dos pequenos agricultores e agricultoras e garantir o respeito ao meio ambiente. Foi por conta desse desejo que participou da criação da ASSIS, em 2003, e foi também o motivo da perseguição política que sofreu 10 anos mais tarde. A Associação, que começou com 30 famílias, já contava com 120 em 2013. "Foi o período que estava bem no auge do fortalecimento de famílias contentes, com rendas e produzindo alimentos, participando dos programas e projetos. Então, a gente pensou que isso começou a chamar atenção, talvez, sei lá, dos coronéis, das lideranças políticas e talvez se sentiram ameaçados com todo esse número, esse avanço das organizações, dos pequenos agricultores, até das associações cooperativas e programas", expõe Gelson.

No período em que a Associação era referência em agroecologia e gestão do PAA no estado do Paraná e recebia visitas de dentro e de fora do país, a Operação Fantasma aconteceu sem qualquer investigação, busca de informações, nada disso. A Polícia Federal usou da força, da pressão, chegou prendendo os agricultores. Gelson conta que essa pressão, os agricultores da região sentem na pele até hoje. "Então, foi assim, primeiro prende e depois se investiga o que aconteceu, então fui vítima de um processo sem ter sido investigado devidamente, acho que é uma coisa que ficou muito forte. E essa questão, primeiro acaba com a imagem da pessoa, acaba com a imagem da entidade e acaba com os programas, que é o PAA que estava dando renda, e isso faz diferença pra muitas famílias", explica. Diversas famílias da região ficaram anos sem entender o que aconteceu com os agricultores e acreditavam que "se foram presos, é porque algo fizeram". A perseguição política a Gelson e a seus companheiros foi uma tática para abalar e desmontar as estratégias de resistência dos pequenos agricultores e agricultoras de Irati, uma verdadeira tentativa de criminalização do movimento social organizado. A comunidade conseguiu entender isso, de fato, somente depois da absolvição dos companheiros. Com a Câmara de Vereadores lotada, realizaram um ato com a intenção de mostrar que todas as acusações eram falsas e que toda essa operação não passou de um articulado desmonte.

Até os 23 anos de idade, Gelson trabalhou com a cultura do fumo. Um trabalho que mal possibilitava à família pagar suas contas e deixa, até hoje, centenas de agricultores e "boias-frias" expostos a uma grande quantidade de veneno no campo, que logo aparece no corpo como sintomas de doenças e problemas de saúde. Seu trabalho com agroecologia, na produção de alimentos livres de agrotóxicos, inspirou dezenas de famílias a fazer o mesmo: largar a fumicultura e acreditar na Associação que parecia trazer um pouco de esperança para os pequenos produtores e produtoras de Irati. "A maioria das famílias que vieram para a associação eram famílias que conseguiram sair da fumicultura, para vir produzir alimentos e manter a sua renda com o PAA, com o PNAE, com as sacolas que a gente, com essa ação, trabalhava na época", conta Gelson. Mas, depois de

inúmeras dificuldades, muitas famílias de agricultores e agricultoras da região estão voltando a cultivar o fumo. “Então tem agricultor que já tá chegando a próxima safra e tá pouco fumo no paiol ainda, que não conseguiu vender, então, vários problemas, só que não tem apoio, não tem incentivo, não tem uma política para que ele consiga sair da fumicultura pra fazer outra coisa e não ficar escravo das fumageiras, das integradoras, porque elas garantem a compra, garantem a assistência, só que a própria fumageira não incentiva eles a produzir o alimento, só produz fumo e aí muita família produz fumo e acaba passando fome”, comenta.

O que faz as famílias de pequenos e pequenas agricultoras migrarem da possibilidade de trabalhar com agroecologia – respeitando a terra, o solo, as águas, os animais e as pessoas – para culturas como a do fumo, da soja ou do milho transgênico, que poluem e destroem a natureza, é essa pressão constante do agronegócio nos territórios. Desde que Bolsonaro assumiu a presidência, vem facilitando o projeto político da destruição, do desmatamento, do ecocídio em massa pelo país. No Paraná, muitas áreas de faxinais foram transformadas em plantações de pinus, eucalipto, soja. “Cada vez mais, a gente tá sendo pressionado e, ainda assim, com esse governo aí que não tem política específica para a questão ambiental, de cuidado, de zelo, de preservar, para esse governo aí está tudo liberado, pode tudo né, aí podem desmatar, podem drenar os banhados, podem abrir as áreas de floresta, então a gente vê tratores e grandes máquinas, fazendo estoca e desmatamento”, comenta Gelson.

Mesmo com tudo favorecendo esse projeto de morte, a organização política faz frente para resistir: “Há organizações que resistem a essa pressão, que são os grupos agroecológicos, as associações cooperativas dos pequenos agricultores, que, numa grande maioria, aqui na região são pequenos mesmo, nessas organizações, com pequenas áreas e que têm resistido a toda essa política”, comenta Gelson. São quem, de fato, leva alimentação de qualidade à mesa de milhões de brasileiros e brasileiras, já que o agronegócio não planta comida, mas commodities, e praticamente tudo acaba sendo exportado para fora do país. Mesmo sendo eles e elas as guardiãs desse planeta e dos nossos biomas, que não utilizam máquinas, mas seus próprios corpos a serviço da terra, quase nenhuma política pública apoia e fortalece, de fato, pequenos agricultores e agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais. “Penso que precisamos crescer muito e aumentar muito e atingir muito mais organizações e famílias, onde essas organizações têm resistido num território, que é um território de disputa e não só o nosso, mas em vários territórios têm disputa e têm uma pressão muito grande econômica por causa do agronegócio. Então, não é fácil resistir a tanta pressão, inclusive à perseguição no caso que aconteceu com a gente em 2013. Mas, mesmo assim, os pequenos têm resistido, mesmo sem ter uma política específica que dê suporte.”, conta Gelson.

Boia-fria é um nome dado a quem trabalha nas colheitas das plantações, normalmente é itinerante e não há vínculo empregatício.

Arquivo pessoal



Algumas políticas públicas já foram colocadas em prática para auxiliar os pequenos e pequenas agricultoras. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado em 1995 pelo Governo Federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores que poderiam, agora, financiar suas safras com o apoio do Estado. O que parece difícil até hoje é acessar os recursos do Pronaf, muitos pequenos agricultores e agricultoras ficam de fora por causa da complexidade burocrática e de exigências específicas dos bancos. Além do Pronaf, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também do ano de 1995, foi criado com o nome de Campanha da Merenda Escolar pelo Decreto Nº37.106. No PNAE, o Governo Federal transfere recursos para as Entidades Executoras (que são os Estados, Distrito Federal e municípios) para a compra de alimentos que são servidos como merenda em creches, escolas indígenas e escolas em áreas remanescentes de quilombos. Desde 2009, pelo menos 30% dos recursos do PNAE repassados aos municípios pelo Governo Federal precisam ser direcionados para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Commodities são produtos (como milho, soja, café, trigo, etc) produzidos em larga escala com a finalidade de exportação.

Mas, hoje, a realidade dos programas como PAA e PNAE é um enorme corte de investimentos. O dinheiro que antes ajudava milhares de famílias agricultoras que cuidam da terra e das pessoas, hoje beneficia grandes empresas, o agronegócio e quem estiver disposto a trabalhar para eles – ou seja, quem aceitar comprar seus agrotóxicos venenosos, que acabam com a microvida do solo, poluem as águas e prejudicam a saúde das pessoas e dos animais, tanto as do entorno, quanto as que consomem. É também por isso que tantas famílias, antigamente associadas à ASSIS, em Irati, abandonaram a cultura do fumo, mas acabaram voltando. Os governos pressionam, seja pela perseguição dos movimentos sociais, seja pelo corte e redirecionamento de verbas das políticas públicas que, até então, auxiliavam agricultores familiares, seja pela quantidade massiva de agrotóxicos liberados, seja por incentivos fiscais para empresas transnacionais que chegam ao país. São inúmeras as formas de violências e ameaças a quem protege a terra para que o agronegócio possa continuar seu projeto de destruição e são também diversas as famílias no campo que ainda resistem, juntas e organizadas em associações, entidades, coletivos, lutando por um projeto que coloque a vida no centro e não o lucro.

O campo e a poesia na luta pantaneira de Dona Miraci

Miraci Pereira – MST

O sol nem deu as caras, é bem cedo da manhã. A agricultora vai na lavoura, molha bem, mas por causa do ar tão seco, rapidinho, parece que nem molhou. À tarde, quando volta, as plantas estão murchas. Não há fogo, mas há "fumaçal", como o povo diz. Essa tem sido uma rotina na vida da agricultora orgânica Miraci Pereira, moradora do assentamento Roseli Nunes, município de Mirassol do Oeste, Mato Grosso.

"Como que uma planta vai desenvolver bem com um clima tão forte e quente como este? Com desmatamento, com queimada? Eu fico imaginando, se continuar assim, daqui a pouco vai ser muito complicado pra gente produzir a nossa própria alimentação", diz. Mesmo sem chuva, as 331 famílias do assentamento têm motivo para agradecer aos céus. Dessa vez, ficaram bem longe das queimadas que atingiram o Pantanal, embora os efeitos da fumaça alcancem todas as regiões.

Para quem vive no campo, as consequências da destruição das florestas e das mudanças climáticas têm mostrado que, se faltava chuva, pode faltar ainda mais. Se o sol já era forte, pode ser ainda mais. Conviver com essa realidade é difícil, mas não deixa ninguém de braços cruzados, como relata Miraci. Entre o plantio da banana, da batata doce, da abóbora, da mandioca e do milho, ela multiplica-se nas bandeiras de luta do MST e da Associação Regional de Produtores Agroecológicos, participa do coletivo de mulheres que trabalha com abelhas e de um grupo de sementes crioulas e, ainda, atua em defesa das águas, no Comitê Popular em defesa do rio do município e do Comitê Popular do Rio Paraguai. "Aqui, no nosso assentamento, já tem várias famílias que não têm água porque tudo é consequência do desmatamento, não só aqui próximo a nós, mas em toda a Amazônia, Cerrado, de todo Pantanal", lamenta.

Além disso, trabalhar com agroecologia no estado do Mato Grosso, fortemente marcado pelo discurso de desenvolvimento do agronegócio, significa uma resistência simbólica e literal. "Eles jogam veneno até de avião. Mesmo que nós aqui, com este grupo grande, que trabalha com agroecologia, que não usa veneno, no entorno temos monocultura de cana, de soja, do gado. Mas aí também tivemos muita luta contra e não somos bem vistos por

PANTANAL

UM GRANDE CORREDOR DE VIDA, CULTURA E BIODIVERSIDADE: O COMPLEXO PANTANAL CONECTA, LIGA E UNE DIVERSOS CANTOS E DIVERSOS BRASIS. RESERVA DA BIOSFERA, ESSA ENORME PLANÍCIE APRESENTA UMA FLORA ALTAMENTE VARIADA, COM PLANTAS ADAPTADAS TANTO AOS MESES DE CHUVA E ALAGAMENTO, QUANTO AOS MESES DE SECA. ALVO DA PRESSÃO PELA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA, O PANTANAL É UM PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE EM FUNÇÃO DE SUA BIODIVERSIDADE SINGULAR.



Arquivo pessoal

essa ala, justamente porque a gente não se cala diante da forma que eles usam a plantação deles, de monocultura, com agrotóxico, desmatamento".

Para Miraci, a luta dá certo. Se prova todo dia que sim. Onde vivem, há fruto dessas lutas, com a conquista do território, com alimentos saudáveis, na rua, na cidade, quando se leva a produção, quando é feita a entrega nas escolas, nos bairros, quando se dialoga com o pessoal sobre por que quem mora na cidade tem que apoiar a luta pela terra, a luta para defender a agricultura familiar agroecológica e o alimento sem veneno.

O reconhecimento e, principalmente, o conhecimento é o que fortalece os agricultores familiares do Pantanal a resistir contra as propostas enganosas de progresso. "Esse discurso de desenvolvimento nós sabemos que é para poucos e à custo da destruição da grande maioria. Sofremos a ameaça da mineradora. E ainda tem gente que acha que é importante, que o município vai desenvolver, vai gerar emprego. Tem um grande projeto também que já faz tempo que está iniciado e que, agora, com este governo, está vindo tudo à tona, um projeto para afundar o Rio Paraguai, para passar grandes embarcações. Qual é a ideia desses poderosos? Transportar a soja, minério, para ir para as outras regiões", relata.

O desmonte das políticas públicas com o governo atual e o fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) trouxe problemas também para a saída da produção dos assentados. "Pela nossa experiência, o PAA foi um excelente projeto para o nosso desenvolvimento no nosso assentamento. Foi uma perda muito grande que tivemos. O PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] também é um projeto importante, só que os nossos governantes municipais, estaduais, têm pouca vontade política de que os agricultores vendam a quantia que a lei exige".

Quem é camponês e precisa da terra para produzir e sobreviver sabe que são necessárias diversas políticas públicas para apoiar na produção e na comercialização. Com a pandemia, as dificuldades agravaram-se ainda mais. Já que não se pode fazer mobilização presencial, o ajuste criativo no assentamento Roseli Nunes está nos estudos, nas atividades online e na troca de ideias.

Quem é camponês e precisa da floresta preservada também sabe que a destruição da natureza tem consequências graves. Já que os governantes e responsáveis pela falta de políticas socioambientais no país aproveitam-se do momento para aprovar ainda mais retrocesso ambiental, Miraci lembra que, mais do que nunca, é necessário unir as forças. "Todas as organizações sociais, pessoas de bem, que sonham, que lutam, que querem ver uma sociedade



humanitária, precisam se unir. Nós vamos sofrer bastante, mas vamos vencer".

É com inspiração no campo e na poesia do cotidiano, que a produtora expressa sua visão sobre a importância da agroecologia e da compreensão do que os povos precisam para superarmos a crise mundial e a devastação das florestas.

"Eu diria para as pessoas, que criem formas de ter sensibilidade humana, que se abram a este bem que é a sensibilidade humana. Respeite a vida, a vida da natureza, com todos os seres vivos, em especial o ser humano, que depende da água, da terra, da alimentação saudável, que depende de uma política séria. Que tenham esta sensibilidade, este olhar, de ser humano, que ame, que busque amar a vida, amar toda a natureza, para que todos nós possamos viver e viver de verdade, vida respeitada, vida amada, porque, se não, dentro de pouco tempo, nossas futuras gerações não vão mais ver o que a gente viu de bonito neste mundo".

AGRONEGÓCIO DESMATAMENTO PECUÁRIA

Em defesa dos bens comuns o lema é: lutar e vencer, desistir nunca!

Francisca Maria dos Santos Araújo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urbano Santos/MA

Diante da disputa de narrativas em relação ao meio ambiente que o governo de Bolsonaro tenta emplacar, a realidade é sentida pelas populações que veem com os próprios olhos a devastação ambiental aprofundar-se com o contexto da pandemia de Covid-19. O desequilíbrio é perceptível com as secas que diminuem a capacidade de regeneração da biodiversidade após incêndios recordes que o país registra nos dois últimos anos. Contexto que potencializa novas queimadas e a ampliação de áreas de pastagem e de produção de commodities.

É o que identifica no povoado de São Raimundo, do município de Urbano Santos, Baixo Parnaíba, região próxima ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a agricultora Francisca dos Santos Araújo. Ela conta que a mudança no ritmo das chuvas e o aumento da sensação de calor tem afetado a produção: “Na nossa região está muito quente! A tendência é piorar mais a situação e, para nós que vivemos da lavoura, é complicado, né? Porque não vamos produzir. A chuva, se ela chegar de dezembro até junho, os seis meses têm como produzir, mas ela está indo embora mais cedo. A gente planta o arroz em janeiro para, em junho, ele estar maduro, mas a chuva vai embora em maio, por exemplo, que é quando o arroz está soltando o cacho, ele não enche, entende? Então, assim, vai piorar a situação, a gente já está vendo, agora, com a nossa produção de mandioca, que elas não cresceram a raiz. Mesmo chovendo, mas a gente tem o tempo muito quente”.

CERRADO

GRANDE ÁREA MARCADA PELA TRANSIÇÃO, O CERRADO NÃO ÚNICO, MAS MÚLTIPLO. DAS FACES QUE SE MESCLAM E ENTRELAÇAM OS CAMINHOS COM DA FLORESTA AMAZÔNICA ATÉ AS GRADAÇÕES QUE CONECTAM ESSA ÁREA COM A CAATINGA, ESSE BIOMA É MARCADO PELA VEGETAÇÃO RESISTENTE, QUE PRESENTEIA OS OLHOS DE QUEM ESPERA SUA BELEZA SURGIR DAS CINZAS: AO PASSAR PELO FOGO NATURALMENTE CAUSADO PELAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS, O CERRADO VIVE, FLORESCE E MOSTRA QUE EXISTE VIDA MUITO ALÉM DO QUE PODEMOS PERCEBER.



Arquivo pessoal

A mãe de Francisca viveu da terra, assim como a mãe dela. Hoje, Francisca segue os conhecimentos passados de geração em geração. Ela conta sobre a luta das mulheres em defender sua terra, a natureza de onde tiram o alimento e o sustento das famílias. “Quando é na hora de uma ação que eles chegam dizendo ‘vou desmatar, eu tenho ordem’, as mulheres sempre se reúnem, as mães... a gente não aceita. As mulheres tomam a frente, coisa que eu admiro muito na minha comunidade, as mulheres são corajosas. São muito corajosas e isso nos fortalece muito. São Raimundo, apesar de ser uma comunidade mais distante do município, é uma das mais humildes, mas ela é exemplo para o município e para outras comunidades, pela resistência, né? A resistência em defesa da vida, dos bichos da floresta, da preservação ambiental do nosso Cerrado”.

A região de transição do Cerrado para Amazônia é rica em palmeiras frutíferas como os Buritizeiros, os Babaçuais, entre tantas outras. Da árvore, há toda uma cadeia de produtos feitos

com o fruto, construindo uma cultura local e gerando renda para as comunidades que vivem da extração na região. A produção é rica e vai desde o consumo da castanha, passando pela extração de óleo, à produção de receitas como doces, sucos, batidos e licores. Contudo, o contexto de secas e aumento das épocas quentes, percebido por quem mora na região, tem alterado a produção e, em consequência, os modos de vida das comunidades que contam com essa produção. “Os nossos Buritis, eles começam a cair, eles tão diferentes, não é aquele mesmo fruto cheio, aquele fruto que a gente conseguia tirar a polpa. É um fruto magro. Ele não é mais como era há 2, 3 anos atrás, né? Tudo isso afeta. Essas grandes queimadas, não só na região que está queimado, mas enfim, todo o país”.

De dezembro a março, é das palmeiras de Bacuri que as famílias tiram o sustento. Mesmo quando não conseguem vender a produção, as castanhas servem de alimento para as comunidades. Francisca lembra que a comunidade articulada elaborou um projeto de manejo sustentável para as famílias que vivem do extrativismo da castanha. “Foi uma ideia, em 2015, a gente elaborou um projeto de manejo sustentável do bacuri e, então, a ideia é que outras comunidades seguissem esse exemplo e a gente conseguiu. Tem uma preservação de bacuri aqui, aquele cuidado pra não deixar o coco queimar e nem as pessoas retirarem a madeira”.

A mata rica e biodiversa dá além do alimento e sustento para as famílias que vivem na região, também concentra umidade do ciclo natural das águas. A região, que não é tão conhecida para o turismo, como a vizinha Barreirinhas, tem na produção de alimentos a base econômica das comunidades. O contexto de crise econômica, aprofundado pela pandemia de Covid-19, traz à tona a importância ainda maior de proteção para coexistência entre as populações e a biodiversidade local. É nas mãos de quem nasceu nessa terra, aprendeu o manejo com os costumes dos seus antepassados que se dá o entendimento da real importância da mata em pé. “Por isso que nós defendemos a qualquer custo o nosso Cerrado, a nossa mata, a nossa terra. Com toda dificuldade que tem, mas a nossa área de terra é rica de tudo. Tem um coco babaçu, aí já pode tá tirando o litro de óleo e estar vendendo... tem o bacuri, tem o peixe no rio, tem o buriti, tem o murici, tem de tudo um pouco. Então, assim, só nos resta lutar por ela, porque, com toda dificuldade que tem, nós temos ainda essa terra para trabalhar”.

A luta pelos direitos das comunidades é o que mantém Francisca articulada com diferentes movimentos e a faz colocar sua vida a serviço da defesa dos bens comuns. Em uma fala que se replica, cheia de emoção, em diferentes rincões do Brasil: “A luta pela terra é a luta pela preservação ambiental”. Ela lembra de momentos em que homens chegaram com maquinário ameaçando que colocariam a mata abaixo. Rápido chamou a comunidade e resistiram ao que, depois, descobriu-se serem documentos falsos. Assim, ela dá voz à resistência de tantos e tantos que não esmorecem e, mesmo que temam, não desistem de lutar pelo que acreditam e sabem ser seu direito: “Estamos preparados, daqui ninguém sai, daqui ninguém nos tira! É nosso e a gente vai lutar até o final! O lema é: lutar e vencer, desistir nunca! E sempre tem que carregar isso com a gente”.



O que nos separa nos une também

Fábio Pacheco – Associação Agroecológica Tijupá



É no estado do Maranhão, em uma região perto de São Luís, que junta um pedacinho da Amazônia, já em transição para o Cerrado e que fica bem próxima à Restinga, que pescadores e agricultores familiares trabalham na construção da agroecologia a partir do saber local. Estão ali há séculos e conhecem os sinais que a natureza demonstra, seja quando existe limite, seja quando há grandes potencialidades.

A potência está no grande encontro de ecossistemas presentes na região e na sua fragilidade também. A riqueza única de biodiversidade torna-se muito frágil diante dos modelos de expansão capitalista e da falta de políticas de proteção específicas para as características do ecótono. Dessa forma, as populações dos territórios são obrigadas a conviver com a degradação do ambiente e, muitas vezes, veem regiões inteiras desertificadas.

Há 30 anos, a Associação Agroecológica Tijupá atua no estado em conjunto com os/as agricultores/as familiares. Desde sempre tiveram que resistir às falsas promessas de sustentabilidade e aos ataques aos territórios, mas, após 2018, com a eleição de Bolsonaro, as iniciativas e estudos de prospecção mineral aumentaram, como explica Fábio Pacheco, da Tijupá. "A gente tem hoje o triplo de solicitações de prospecção e estudo de mineração do que tinha há dois anos, até para prospecção de ouro tem na região agora".

ECÓTONO

REGIÃO DE ENCONTRO ENTRE UM OU MAIS BIOMAS. ÁREA DE SOBREPOSIÇÃO ENTRE FITOFISIONOMIAS. TERRITÓRIO DE ADIÇÃO E MULTIPLICAÇÃO, SEM SUBTRAÇÕES E DIVISÕES. REGIÃO COM TENDÊNCIA À GRANDES BIODIVERSIDADE E VARIABILIDADE DE FAUNA E FLORA. BORDA. DILUIÇÃO DE FRONTEIRAS E LIMITES. REGIÃO DE ENCONTROS.

ENTENDER O BRASIL ALÉM DE SEUS BIOMAS E A PARTIR DE SEUS ECÓTONOS É ENTENDER UM TERRITÓRIO QUE SE CRIA NA DIVERSIDADE, UM BRASIL DE BRASIS DIFERENTES, MAS, PROFUNDAMENTE, INTRINCADO, NO QUAL UM TERRITÓRIO NÃO POSSUI RAZÃO DE SER SEM O OUTRO. UM BRASIL DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES: DAS FLORESTAS, DOS CAMPOS, DAS CAATINGAS, DO POVO, DE SUAS CULTURAS E LUTAS.

Por trás desse crescimento, está a flexibilização da legislação e o incentivo da natureza como insumo por parte do Governo Federal. Ao mesmo tempo, o discurso de sustentabilidade que se apresenta desafia as comunidades, como a instalação de energia eólica que está sendo produzida no Ceará. Os linhões que vão distribuir a energia para o estado do Maranhão irão cortar essa região e também o parque de Lençóis, causando imenso impacto nas áreas que as pessoas utilizam para cultivo e extrativismo. Um linhão desenhado por alguém em uma folha de papel, incapaz de representar todas as complexidades e subjetividades que irá atravessar ao longo do caminho. A grande argumentação dentro dos embates jurídicos ou administrativos é a de que "não se pode ser contra uma matriz energética limpa".

"A gente é contra tudo o que ela faz contra as pessoas. Desde as implantações das várias hélices ou cata-ventos, que ficam na orla e que tiraram várias comunidades de pescadores centenárias, até todo o trajeto por onde a linha de distribuição dessa energia vai seguir impactando mais trabalhadores. É uma energia que essas comunidades não vão usar. Essa energia será para grandes empreendimentos voltados para a mineração, para a área petrolífera, para a área de processamento de produtos do agronegócio e de manutenção de portos", comenta Fábio.

As belezas naturais, que são o grande negócio do turismo da região, também parecem não ser compreendidas pela forma que se apresentam. O turismo de base sustentável é uma mentira disfarçada, que acontece de forma predatória, transforma os cenários, retirando a vegetação e excluindo as comunidades e, quando envolve-as, é para a prestação de serviços com remuneração muito baixa.

É aí que ocorre o incentivo ao desmatamento. Incentivado, inclusive, pelos proprietários de empreendimentos, que também são donos de rebanhos. Lucram duas vezes ou mais: uma maneira de limpar a área, tirando as vegetações e vendendo a madeira, ou em forma de carvão, ou em forma de madeira.

Em contraponto aos modelos ditos de desenvolvimento para a região, está, por exemplo, o modelo de agricultura florestal com o manejo da capoeira, que é quando se preserva por um tempo uma área que possui árvores com extrato diferente e diversas espécies. Em um determinado momento, essa biomassa é usada em prol do cultivo. É um sistema "multi pluri", que fornece produções muito satisfatórias, tanto

para a segurança alimentar, quanto para comercialização.

Mas a produção agroecológica enriquecedora dos solos, praticada por agricultores familiares e por comunidades tradicionais do estado, sofre com os incêndios florestais criminosos e sem controle. Em vez de apagar o fogo que consome a biodiversidade, é a identidade desses povos que o Estado tenta apagar com mecanismos como o Cadastro Ambiental Rural, que, no Maranhão, tem a particularidade de ser implantado pela Secretaria de Agricultura e não pela Secretaria de Meio Ambiente. Em algumas comunidades tradicionais, como a comunidade quilombola Cocalinho, não vem sendo reconhecido o direito à identidade de comunidade tradicional. Nesses casos, a empresa que está trabalhando para o governo estadual na implementação do CAR propõe a modalidade individual e não a coletiva.

O mesmo observa-se no interior da ilha, onde estão as comunidades que fazem parte da Resex Tauá-Mirim, uma Resex autônoma, composta por comunidades tradicionais de pescadores que não teve reconhecido o direito ao CAR coletivo. Fábio Pacheco afirma que, quando não há direito coletivo reconhecido, as pessoas são colocadas em uma condição muito vulnerável, onde há um processo de especulação imobiliária avançando e que desagregará o território a partir dessa inserção.

Do ponto de vista da usurpação dos territórios e da tomada violenta da autonomia dos povos, o pós-pandemia pode ser ainda mais catastrófico. Mas é o partilhar de histórias entre brasileiros que vivenciam a biodiversidade desse vasto território que é o Brasil que será a terra fértil para os enfrentamentos aos grandes empreendimentos que ameaçam os modos de vida e para a preservação dos ecossistemas.

"A gente não quer ser só mais uma frente de luta. A gente quer ser a confluência de ações, com autonomia a partir dos territórios. O que está em jogo é esse grande projeto de tomada da biodiversidade. A única forma de resistência é, realmente, a gente ver os locais e os objetivos que forem fortemente compartilhados, investir em ações concretas que possam fortalecer as comunidades, com estratégias de enfrentamento jurídico, de mídia e também expor internacionalmente", diz Fábio.

Para ele, a diversidade natural e territorial diferencia-nos, mas é preciso também tocar-nos pela dificuldade que acomete o outro. "A diferença que nos separa, não deveria ser essa coisa que nos une?", questiona.

DESMATAMENTO

Fotos: Arquivo pessoal





Em defesa do Pampa, de seus povos e comunidades

Fernando Aristimunho – Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

Lugar de lendas, Quaraí, fronteira entre Brasil e Uruguai: era no Cerro do Jarau que se escondia a Teiniaguá, princesa moura fugida da Espanha quando da perda do último reduto árabe no país europeu. Transfigurada primeiro em velha, para que atravessasse o Atlântico sem ser reconhecida e, depois, em salamandra ao desembarcar deste lado do oceano – obra de Anhangá-Pitã –, a princesa-lagartixa fez refúgio o cerro rochoso dos prados do pampa gaúcho. No lugar da cabeça, um rubi cintilante, fascínio e malogro dos que atraía. "Aqui está tudo que eu sei, que a minha avó charrua contava à minha mãe, e que ela já ouviu, como cousa velha, contar por outros que, esses, viram", assim dizia Blau Nunes na lenda recontada depois por Simões Lopes Neto em seu clássico "Lendas do Sul".

O Fernando Aristimunho é de Quaraí. Conhece o Cerro do Jarau, assim como conhece bem o Pampa: sabe das suas riquezas, suas estórias e lendas. Quer proteger esse território, hoje sob risco. O bioma Pampa – que se estende entre sul do Brasil, Argentina e Uruguai – é considerado a nova fronteira minerária no Brasil: mais de 22 mil áreas no estado do Rio Grande do Sul são alvo de pesquisa de empresas mineradoras, que já receberam liberação da Agência Nacional de Mineração para estudos. Dessas, mais de 5 mil já fizeram "Requerimentos de Autorização de Pesquisa", pedidos para que possam definir jazidas e avaliar a viabilidade econômica de seus projetos. Quatro megaempreendimentos estão em processo de licenciamento junto aos órgãos ambientais – dois deles no coração do Pampa, em Caçapava do Sul e em Lavras do Sul.

A megamineração, portanto, soma-se às históricas violações de direitos cometidas pelo agronegócio na região. Em meio a isso, resistem o povo e as comunidades pampeanas.

PAMPA

O REGISTRO DO TEMPO MARCA A EXISTÊNCIA DOS CAMPOS SULINOS NO SUL DO BRASIL. DE UM VALOR HISTÓRICO IMENSURÁVEL, A REGIÃO CARREGA A HISTÓRIA ANCESTRAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS, ASSIM COMO DA PAISAGEM DO NOSSO PAÍS. VASTAS FORMAÇÕES VEGETAIS, CASA DE ANIMAIS PRÉ-HISTÓRICOS DE GRANDE PORTE, TRANSFORMAM-SE, LENTA E GRADUALMENTE, AO LONGO DOS MILÊNIOS, PARA DAR LUGAR A UM CAMPO QUE CARREGA NOVAS DINÂMICAS BIOLÓGICAS, GEOLÓGICAS E CULTURAIS.

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, de que Fernando faz parte, defende a visibilidade dos povos da região, ignorados pelas empresas violadoras: são pecuaristas familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadoras e pescadores artesanais, povo cigano, povo pomerano, benzedeiras e benzedores e representantes do povo de terreiro, as religiões de matriz africana: um universo de grande diversidade, muito mais complexo que o que, normalmente, imagina-se em relação ao Pampa.



Arquivo pessoal

Como dissemos recém, embora hoje a mineração represente grande perigo, as violações aos direitos territoriais dos povos pampeanos não são de agora: os grandes fazendeiros da região, com a produção extensiva de gado e – agora – com os monocultivos, em especial a soja e de árvores – eucaliptos, pinus, acácias –, receberam terras na divisão da Sesmaria, organizada pela coroa portuguesa no Brasil-colônia. Os povos que viviam no Pampa foram invisibilizados e a divisão injusta de terras gerou desigualdades históricas expressas ainda hoje.

"As pequenas propriedades se viam – e se vêem ainda – pressionadas e muitas famílias acabam vendendo suas terras", conta o Fernando. O grande capital oferece um valor alto e as famílias, por não terem políticas públicas adequadas para o fomento à sua atividade produtiva – ou seja, políticas públicas voltadas à agricultura familiar em pequena escala ou à pecuária familiar –, acabam vendendo suas terras pela oferta do capital. Não é fácil conviver com os monocultivos e com a agricultura em expansão: o uso abusivo e desregrado de agrotóxicos ameaça o meio ambiente e a saúde das pessoas. Fernando conta que, em determinadas épocas do ano, não dá nem para andar de carro com o vidro aberto: "Chega a primavera, início dos preparos das terras para os cultivos de verão, e a gente não consegue andar em certas regiões com o vidro do carro aberto porque leva uma chuva de veneno do avião que passa por cima da estrada sem respeitar, nem desligam o tanque de pulverização. Eu mesmo já levei jatos de veneno entrando pelo vidro do carro várias vezes".

De um lado, portanto, a ausência de políticas públicas voltadas a pequenas e pequenos produtores; do outro, as grandes empresas do agronegócio, sedentas para avançar suas monoculturas. Somadas, geram êxodo rural e falta de oportunidades no campo. E agora a mineração: o Projeto Caçapava do Sul, da Nexa (Grupo Votorantim), pretende extrair metais pesados como chumbo, zinco e cobre em Caçapava do Sul, às margens do Rio Camaquã. No coração do Pampa, traria danos irreversíveis a esse bioma — único no mundo e rico em biodiversidade. A estimativa é que, se instalada, a mina da Nexa consumiria 150 metros cúbicos de água do Camaquã a cada hora de atividade. Ou seja: 150 mil litros de água desperdiçados por hora.

Já o Projeto Três Estradas, da empresa Águia, pretende minerar fosfato no município de Lavras do Sul, em área próxima também a Dom Pedrito. A região das "Três Estradas" é uma das mais preservadas do Pampa. A pecuária familiar é a principal fonte de renda das famílias divididas em pequenas fazendas que ocupam o local há centenas de

VE
NE
NO

Arquivo pessoal



anos. Com projetos controversos — a empresa enviou diferentes versões para serem licenciadas —, a Águia prevê instalar uma barragem de rejeitos duas vezes maior que a de Brumadinho. Em caso de rompimento, os rejeitos chegariam ao Uruguai, criando um imbróglio internacional. Ainda assim, os estudos da empresa não previam os impactos de um possível vazamento da barragem.

Na luta em defesa dos territórios, um importante reconhecimento recente: o MPF – por meio de uma perícia antropológica e da pressão do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa – reconheceu os pecuaristas familiares da região de Três Estradas como "comunidade tradicional", garantindo proteção pela legislação vigente. "Desde a sua criação, o Comitê luta pelo reconhecimento das identidades, pelos direitos enquanto populações tradicionais dentro de cada segmento; promove interculturalidade aproximando esses povos e seus diferentes modos de vida, e se insere nos espaços de debate a nível estadual e nacional na temática das populações tradicionais, fazendo também, de forma organizada, as denúncias das violações de direitos para os povos do pampa", relata Fernando.

Outro ataque recente – favorecendo a megamineração e o agronegócio – foi o desmonte da lei ambiental no Rio Grande do Sul. A alteração no Código Ambiental do estado, não à toa, ficou conhecida como "Lei Copelmi" – Copelmi é uma das mineradoras beneficiadas com as mudanças

e que pretende instalar a maior mina de carvão a céu aberto do País à beira do Delta do Jacuí, a 16 quilômetros do centro de Porto Alegre. O ataque legislativo, dado o cenário político nacional e estadual, não surpreende Fernando: “Com a eleição desse governo que temos no Brasil hoje, as ameaças, essas violações de direito, essa perda de território, principalmente das comunidades tradicionais, tem se agravado. Isso apoiado pelos governos a nível nacional e estadual, com a flexibilização da legislação ambiental e o incentivo aos megaprojetos”.

Frente a isso, Fernando ressalta a importância do povo organizar-se para – mais que resistir – combater os ataques das empresas e governos que atuam com lógica colonizada. Nesse sentido que o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa integrou-se a outro comitê, o de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. Junto a mais de 100 organizações, traz a denúncia dos danos a esses megaempreendimentos desde os territórios – e também a solução, fazendo visível a presença histórica e equilibrada dos povos do pampa com o bioma que são parte (nem sempre lembramos disso: os povos são parte do bioma).

A luta pelo território traduz-se também em luta por políticas públicas para pequenas e pequenos produtores, Reforma Agrária e reconhecimento dos povos: “Precisamos de políticas agrícolas adaptadas aos diversos modos de vida: para a agricultura e a pecuária familiar, para as comunidades quilombolas, para todo o campesinato; precisamos de redistribuição das terras”. Fernando também ressalta a importância de retomar-se políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que vêm sendo desmontadas.

Vislumbrando um cenário ideal de pós-pandemia e de enfrentamento aos governos atuais, Fernando afirma que “há necessidade de uma nova política de Estado voltada aos territórios, o incentivo às cadeias curtas de produção baseadas na agroecologia, em que as famílias usem os recursos de suas propriedades”. E completa: “A gente encontra na agroecologia essas possibilidades de produção mais saudável, com menos necessidades de insumos externos. Dessa forma, se produz um alimento de verdade com capacidade de nutrição e de produção de saúde – coisas que essa agricultura de commodities não produz; ela produz doença”.



Rio Doce contaminado, mulher camponesa organizada: a Vale segue impune!

Lucivanda Rodrigues da Silva – MMC

No Brasil, o cenário se repete... corporações estrangeiras, ou cujos acionistas são, em sua grande maioria, de fora do país, chegam com uma aparente missão: lucrar. A forma que os empresários encontram para aumentar seu capital revela que "os fins justificam os meios", não importa se, para aumentar o dinheiro no bolso, seja necessário destruir parte do planeta e afetar a vida de milhares de pessoas, animais, plantas. Entre essas empresas está a Samarco, que pertence à BHP Billiton e à Vale. Elas retiram minério de ferro das montanhas brasileiras para vender a outros países e ganhar dinheiro.

Quanto maior a extração do minério, maior o lucro das empresas e maior também a quantidade de rejeitos depositados nas barragens. Chega uma hora em que a barragem não aguenta e rompe. Você se lembra de Mariana, o maior crime ambiental da história recente do país? Foi exatamente o que aconteceu em 2015. A lama tóxica da Samarco percorreu 663,2 km de cursos d'água da bacia do Rio Doce, matou 19 pessoas soterradas, destruiu distritos, afetou 39 municípios, acabou com a pesca e afetou a vida de mais de 500 mil brasileiros e brasileiras. Algum dos criminosos foi punido?

CRIME AMBIENTAL

Como diz o ditado popular: quem tem dinheiro, paga fiança. Os donos da Vale seguem dormindo tranquilos. Enquanto isso, a lama tóxica da Samarco deixou danos irreparáveis, como a poluição das águas que abasteciam centenas de famílias e povos. Quem vive essa situação hoje na região de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, é Lucivanda (Maria Lucivanda Rodrigues da Silva), agricultora e agroecóloga do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A água que chegava nas casas de sua região e que sempre foi utilizada para tomar banho, lavar roupas e louças, entre outras atividades, vinha do Rio Doce.

Depois da poluição do rio pela Vale, muitas pessoas que compravam alimentos dos pequenos agricultores e agricultoras ficaram desconfiadas, pensavam que aqueles alimentos estariam sendo irrigados pela água contaminada. Lucivanda conta que o escoamento da produção diminuiu de 70% a 80% nesse período, um dos mais difíceis para as camponesas da região. "Eu não usava [a água] do Rio Doce, eu uso água da mina que vem do [lado] oposto do Rio Doce. Mas a gente tem o prejuízo muito grande e ninguém fez nada para ajudar", desabafa.

No seu site, a Vale orgulha-se por estar agindo para recuperar as áreas e as pessoas afetadas

Arquivo pessoal



por seus crimes, bem como por ser “uma das maiores doadoras do Brasil para o combate à Covid-19”. Na realidade vivenciada pelas camponesas e camponeses que ali vivem, isso não passa de propaganda enganosa. “Eles não vêm e, quando vêm, eles procuram não quem realmente foi atingido, são outras pessoas que são beneficiadas. E aí, depois, aparece como que tá fazendo benefício para a população, mas quem realmente foi prejudicado não é beneficiado, entendeu?”, relata Lucivanda. Existem duas constantes nessa região rural de Minas: de um lado, queimadas, barragens, destruição e descaso, de outro, o cuidado, a força, a fé e a resistência das mulheres organizadas. Lá, a ruína e o fim. Aqui, a preservação e a esperança.

“Companheira me ajuda, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!” – foi mais ou menos assim que Lucivanda se sentiu quando uma companheira a convidou, em 2004, para participar de uma manifestação do MMC. De protestos a reuniões, Lucivanda e mais tantas mulheres do campo foram reconhecendo seus direitos, a necessidade fundamental de se lutar por eles e a força que se tem quando a caminhada deixa de ser sozinha para ser compartilhada.

IMPUNIDADE

Arquivo pessoal



Mas, desde o golpe de 2016, a liberdade de manifestação já não foi mais a mesma. “Depois do golpe, a gente não consegue mais [se mobilizar]. Porque aqui, por exemplo, a gente, se a gente vai fazer uma mobilização contra a Vale, contra essas pedreiras, contra a destruição da água e a gente vai lutar para ter uma água potável, para que a gente possa, pelo menos, beber uma água de qualidade, quando a gente chega na linha [de frente] que a gente vai fazer lá, quando a gente chega, já tem um mandado para que a gente saia da linha. [Eles] chegam antes da gente chegar lá, entendeu? Ficam apontando, quem é as da frente quem tá puxando a organização, e a gente é bem penalizado com isso”, conta Lucivanda. Muitas mulheres da região respondem judicialmente, outras vão presas, algumas já têm seus carros e motos reconhecidos pelos policiais. Uma série de constrangimentos e perseguições àquelas que ousam lutar pela terra e pelos bens comuns.

Foi também a partir do governo Temer que as políticas públicas de incentivo e auxílio às camponesas e camponeses começaram a ser cortadas. “A gente não consegue mais vender para o PAA, para o PNAE e aí diminuiu muitas coisas para o agricultor. A gente percebe que tem uma perseguição contra o agricultor e como todos os agricultores, eles estão até colocando como se agricultor fosse PT, sabe? Eu acho que tem que olhar para a população independente de questão partidária, se é da direita ou esquerda, somos agricultores, somos trabalhadores e o trabalhador rural, a agricultura familiar é que dá 70% da alimentação que vai para a mesa do brasileiro e a gente que produz e a gente não é valorizado”, relata Lucivanda.

Uma das lutas recentes dos agricultores e agricultoras familiares foi pela Lei Assis Carvalho, o PL 735/20 de apoio a agricultores familiares durante a pandemia da Covid-19. Depois de aprovado na Câmara e no Senado, chegou na mesa do presidente. Sem tanta surpresa, quem apoia o agronegócio, não fortalece o pequeno agricultor. O projeto teve 17 dos 20 artigos previstos vetados pelo presidente. Entre os pontos não aprovados estão o auxílio emergencial no valor de R$600,00 pagos em cinco parcelas (nos mesmos moldes do auxílio concedido a trabalhadores urbanos), recursos para compras públicas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, renegociação e adiamento de financiamentos, linha de créditos emergenciais. Todas as medidas rejeitadas por Bolsonaro são essenciais para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Já benefícios ao agronegócio não faltaram: o presidente garantiu facilidades de acesso a crédito e financiamento de dívidas de grandes empresas exploradoras, bem como a desoneração do

segmento em contribuições à Seguridade Social.

"Teve o auxílio emergencial, pergunta qual trabalhadora rural tem acesso a auxílio emergencial? Pouquíssima gente teve acesso, só quem é cadastrado no Bolsa Família, porque olha, pra você ter ideia, para nós termos direito para ser reconhecido como trabalhadora rural eu preciso ter uma DAP [Declaração de Aptidão], né? Eu preciso ser dona de terra, ou eu preciso ter um contrato mesmo que eu seja trabalhadora rural, mas se eu não tenho DAP eu não sou reconhecida como trabalhadora rural. Então, eu preciso da minha DAP, é a DAP que me diz que eu sou agricultora, mas, se eu tenho a DAP, eu não tenho acesso ao auxílio emergencial, porque eu sou agricultora, tá entendendo a situação? Então, eu não tenho acesso a auxílio emergencial porque eu sou agricultora, mas ele vai lá e corta todos os direitos que o agricultor tinha pra escoar seus produtos, e aí – Como é que é que tá isso? Como que eu te falo? – que a gente tem que se reinventar e entregar de porta em porta.", relata.

Enquanto o povo da cidade raramente se preocupa com o que passa no campo, as mulheres camponesas não deixam de lembrar as dificuldades de quem está nas periferias dos centros urbanos. Com a pandemia, não tinha mais feira. Sem feira, o agricultor não tinha como vender os alimentos da colheita. Na cidade, para muitas pessoas, não tinha mais emprego. Sem emprego, várias famílias corriam o risco de passar fome. Foi justamente nesse cenário que tantas redes de solidariedade fortaleceram-se.

"As outras coisas na cidade parou, mas a mulher do campo ela não parou, ela continuou produzindo e além disso tá tendo que produzir para ela e pra a família dela. E mesmo na pandemia, o agricultor pensou no urbano, em fazer uma cesta básica, para fazer a doação. Porque a gente sabe das dificuldades das periferias, a gente, mesmo sem vender, ajudou", conta Lucivanda sobre a experiência do MMC em Minas Gerais.

Para Lucivanda, seu território é um lugar sagrado e ela, sua guardiã. Cuidado é uma palavra bem presente em seu vocabulário e não só da boca para fora, mas na forma de ser, estar, agir no planeta. Assim, também manifesta-se a força coletiva das mulheres camponesas.

"Eu tanto cuido do meu território, onde eu vivo, como eu também tento cuidar do outro. Porque o território é nosso, né? A terra é nossa, água é nossa, mesmo que nós duas estamos distantes, mas se a minha secar também vai fazer falta para o outro e, quando a gente cuida de um todo, a gente sempre fala que: 'cuidar de mim é cuidar de você, é cuidar da outra, e cuidar da outra é cuidar de mim'. E é isso que a gente faz no nosso território, onde a gente vive, é cuidar do todo, porque se desmata em tal lugar, a natureza se destrói. Por que que tá tendo um monte de escoamento de pessoas para a grande periferia no centro urbano? Por causa disso, as pessoas estão migrando do rural para ir para a cidade, para tentar uma vida melhor e cada vez vai virando mais uma poluição, aí vai se virar no estudo e aí o território rural e o território urbano fica poluído. E, quanto mais escassez de alimento, não vai ter para as pessoas, porque vai diminuindo, entendeu? A gente tem que pensar muito nisso: cuidar de mim é o cuidar do outro e cuidar do outro é cuidar de mim!" – Lucivanda Rodrigues da Silva, do Movimento de Mulheres Camponesas.



Cabem fogo e água no mesmo local?

Cláudia Sala de Pinho – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras

Quando se fala no bioma Pantanal, a primeira imagem que vem, de imediato, à mente são os terrenos alagados, araras voando e onças pintadas esgueirando-se na mata. Esse imaginário de uma biodiversidade despovoada não vem de graça. Em uma terra sem gente, não se espera que exista quem reivindique seu uso e manejo. O que torna muito mais fácil a tomada desse espaço por quem chega com olhar de investidor. Essa é, justamente, uma das muitas lutas que as comunidades tradicionais pantaneiras travam hoje: pelo reconhecimento.

Um trabalho que é fortalecido ao longo das duas últimas décadas pela autodeclaração das populações pantaneiras, indígenas e quilombolas, que há séculos constroem uma relação de interação e conhecimento sobre o bioma. "O pantanal é a maior área alagada contínua do mundo. Realmente, o pantanal é um corredor de biodiversidade, que liga tanto a Amazônia, quanto o Cerrado e até tem espécies da Mata Atlântica. Ele é esse grande corredor e que é também um corredor biocultural, que agrega várias culturas e muitas delas se misturam nesse bioma e originam as comunidades tradicionais pantaneiras", sintetiza Cláudia de Pinho, coordenadora da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, moradora de Cáceres (MT), região de fronteira com a Bolívia.

O apagamento histórico das populações que coexistem com esse ecossistema as deixa vulneráveis aos interesses de quem olha para a natureza e vê apenas lucro a ser explorado. Esse processo é reforçado com a falta de consulta popular — através da Consulta Livre, Prévia e Informada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que consiste no direito de os povos tradicionais de serem consultados, de forma livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos — para instalação de portos que afetam, diretamente, o cotidiano das populações pesqueiras, por exemplo.

"A própria discussão da hidrovia, que agora volta com uma força, mas com outro modelo. A gente está tendo a audiência pública para a licenciatura de portos, essa é uma tática para o funcionamento de hidrovias. Os portos precisam ter barcos para carregar as coisas". De segunda a sexta-feira, Cláudia percorre o Complexo do Pantanal para acompanhar a situação dos incêndios e como as comunidades foram afetadas. Em uma dessas rondas, não foi possível avançar, pois a seca impedia a passagem dos barcos, algo inesperado para a época na região.

Os incêndios no Pantanal aumentaram 208% entre 1º de janeiro e 16 de setembro deste ano em relação ao mesmo período de 2019, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Neste ano, foi registrado o maior número de focos de incêndio desde que o monitoramento começou. "O cenário nos territórios parece aqueles filmes de terror: o que era colorido, ficou monocromático. A gente vê preto e cinza, marrom quando o fogo passa e não queima tudo. Essas cores costumo dizer que são as cores da morte e, por outro lado, a gente vê o quanto as comunidades são fortes, o quanto as comunidades são resistentes de permanecerem ali".



Arquivo pessoal

Ao mesmo tempo em que se admira com a resiliência das comunidades, Cláudia também relata ouvir questionamentos de por que não deixar toda essa destruição para trás e seguir para outros locais. "A gente pergunta, para onde mesmo?! Para a periferia das grandes cidades? Para a gente não ter um saneamento básico, para os nossos filhos se perderem na vida, como dizem. É esse o caminho que está se mostrando, porque quando nos tiram tudo, tiram ar, tiram água, nos tiram o território, é como se a gente tivesse morrendo a míngua. As pessoas estão olhando e não estão fazendo nada, o Estado está olhando e não faz nada. É

esse tipo de situação, é esse tipo de conjuntura política que hoje se apresenta, de extermínio. É um tipo de política genocida".

Quem nasce, cresce, tira seu sustento da natureza, acompanha o fluxo do rio e o tempo das águas, entende que na vida tudo é cíclico. Quem está em contato com a concretude da vida e também com sua conexão subjetiva, entende que vida e morte estão conectados. "A mãe natureza vai devolver, porque a gente acredita que ela é generosa, a gente vai devolver alguma coisa, mas também a gente vai trabalhar e restaurar e se levantar, porque quem está nesse território há mais de 500 anos já passou por muitas coisas e essa é mais alguma coisa talvez com uma dimensão muito grande, talvez com uma quebra de conexão muito grande nas comunidades tradicionais, mas a gente vai continuar, vai resistir e que isso um dia vai passar".

O contexto de pandemia de Covid-19 e de ataques com os incêndios aprofunda a vulnerabilidade das comunidades. Ao mesmo tempo, expõe uma rede potente de solidariedade, que aproxima diferentes grupos sociais para fortalecimento conjunto.

Mesmo sendo uma área de planície alagada, o bioma sofre com a seca que atinge a bacia do Paraguai, processo influenciado pelo desequilíbrio ambiental. "Uma das coisas emergenciais é água, parece muito irônica. A gente está no pantanal, área mais úmida contínua do mundo. Tem áreas muito secas, onde o rio se afastou muito e, onde está na beira do rio, a água é de péssima qualidade, impossível de beber".

Além do contexto complexo que afeta as comunidades que têm uma relação intensa com as águas pantaneiras, os incêndios afetam muitos níveis para além do fogo que consome tudo por onde passa. O rastro de destruição é amplo: "Uma preocupação muito grande nossa é o pós-incêndio. Esses dias, deu uma chuva e a gente até mencionou, chuva é uma coisa muito boa e era algo que a gente estava esperando, mas a gente sabe também que a chuva lava e, geralmente, vai parar nos rios, isso a gente também está temendo muito, por isso é um momento atual emergencial. E a outra é uma questão pós-incêndio que a gente vai contar também com as parcerias e colocar o que as comunidades têm de bom, em relação a esse processo".

A perspectiva trazida por Cláudia é um recorte das vivências de quem é da terra e está lutando para manter seu modo de vida em equilíbrio com ela. É difícil conceber o que passa pela mente de quem, deliberadamente, incendeia áreas na esperança de que o fogo se reverta em dinheiro, na forma de campos para criação de gado, soja... Como se pode esperar brotar vida através de práticas de morte?

"A gente fica se perguntando o porquê de tanta destruição? Quem é que vai pagar a conta de toda essa destruição ambiental, quem é que vai pagar por um ipê florido pegando fogo? Quem vai pagar por uma onça que ia começar a reproduzir? Quem vai pagar a água que as comunidades não conseguem beber, está na beira do rio e a água está contaminada de cinzas. Está sendo muito cruel com as pessoas que estão no pantanal, está sendo cruel com os animais, com as árvores, mas também essa quebra de conexão que está tendo no pantanal, seja ela no campo espiritual, seja ela no campo dos encantados e dos ancestrais, seja ela presente, hoje, com as pessoas sofrendo com essa fumaça, com os idosos e crianças tendo dificuldade respiratórias e problemas de pele...".



Em defesa do “ambiente inteiro”

Rose Padilha – CIMI



O ronco da motosserra — na Amazônia e em todos os biomas brasileiros — é metáfora (real demais) da destruição de territórios sagrados.

“Os povos indígenas habitam essas regiões, a Floresta Amazônica, há milhares de anos. Por que agora — só agora! — em 2019/2020 — período de grandes incêndios — iam botar fogo? São três principais ameaças relevantes para os territórios na Amazônia e essa é a primeira: uma ameaça de natureza ideológica, de responsabilizar os moradores das florestas — os indígenas, os quilombolas e os ribeirinhos — por questões alheias ao território”.

A pergunta quem fez foi Rose Padilha, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Regional Amazônia Ocidental — que abrange o estado do Acre e o Sul do Amazonas. De fato, não faz sentido, e Rose continua: “Aqui na região, nós vivenciamos a face do desespero das comunidades indígenas, ribeirinhas, que entendem essa dimensão destruidora dos incêndios e o desequilíbrio provocado no ambiente inteiro com suas diversificadas formas de vidas e seres. Tudo virou cinza. Os povos Huni Kuin e Apurinã, por exemplo, corriam de um lado para o outro tentando apagar o fogo do seu território. Foi tudo em vão, tiveram suas terras e suas vidas devastadas”.

A segunda ameaça, afirma Rose, é de “natureza de ação do capital”. Ela lembra que o governo Bolsonaro elegeu-se pautado na exploração ambiental do agronegócio, da mineração e, em especial na Amazônia, da retirada da madeira — do mogno, do angeli, “que são as principais madeiras boas que os povos têm em seus territórios. O ronco da motosserra, aqui na Amazônia, significa a metáfora da destruição de territórios sagrados”.

O terceiro aspecto que Rose denuncia é a militarização dos territórios: “Todas as coordenações da Funai são de militares, reformados ou ativos. Estão lá dentro para intimidar os povos indígenas e também os movimentos sociais”. O “passar da boiada” — defendido pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles — é ação premeditada, planejado para o extermínio que “se implementa pelo incentivo à invasão e ao desrespeito aos povos indígenas e seus direitos constitucionais”. Rose destaca: “Não são percentuais de áreas desmatadas, queimadas, invadidas, mas sim vidas existentes sob o risco de destruição. Vimos o fogo queimando áreas inteiras e com elas inúmeros seres”.

“Essa questão de desenvolvimento sustentável”, continua, “a gente não acredita. São nomes dados para a manutenção do capitalismo” — e encaixam-se aí a economia verde e a mercantilização da natureza, o manejo florestal madeireiro, “que são aquelas madeiras que saem com selo verde”, e outros nomes dados pelo capitalismo para seguir reproduzindo suas formas de acumulação. Sobre isso, Rose é enfática: “Muda o nome, mas continua a prática de destruição — não digo nem do meio ambiente, mas do ambiente inteiro”.

CAR: 136 cadastros sobrepostos a terras demarcadas no Acre

Quando o Ministério Público Federal avisou que haviam 136 cadastros do CAR — o Cadastro Ambiental Rural — sobrepostos a áreas indígenas demarcadas no Acre, o susto foi grande: “A gente fica perplexo: para os indígenas terem direito ao território tem que ter estudo, laudo antropológico, Grupo de Trabalho. Já pros fazendeiros, não tem nada disso, eles se autodeclaram donos de territórios até demarcados sem provar que nada ali é deles. É uma injustiça muito grande essa questão do CAR”. Como contraproposta, Rose sustenta que uma campanha internacional de denúncia sobre o uso do CAR como ferramenta de grilagem e de invasão de territórios tradicionais poderia ajudar, junto a denúncias sobre o desmatamento: “O governo tem uma postura clara de desmatar tudo pela chama do fogo provocada pelas invasões sedentas e pela ambição do lucro fácil e farto. Por exemplo, citando os Yanomami, que é um povo de recente contato que vive aqui na Amazônia: eles migram de um lado para o outro porque seu território está sendo todo escavado, invadido, aniquilado pela ação de milhares de garimpeiros”.

Rose não gosta do termo “meio ambiente”: para ela, é o “ambiente inteiro”, do qual também somos parte. Em análise à postura brasileira no debate mundial sobre clima — focado no controle de gases de efeito estufa — denuncia o alinhamento com os Estados Unidos: “O Brasil fugiu das práticas mundiais do Acordo de Paris e de outros acordos. Com relação à agricultura, a posição é de commodities, o carro chefe é a soja e a cana-de-açúcar. O desprezo pela agricultura familiar é enorme”. Ela exemplifica em

números: “No ano de 2017, era orçado 30 milhões para o programa da agricultura familiar; em 2019, caiu para 5 milhões”.

Resistências

Frente ao desmonte de políticas públicas e aos ataques aos povos, como estratégias de resistência, Rose prega a união: “As estratégias que a gente continua fazendo são as alianças com os movimentos sociais, com a igreja, com os próprios indígenas, para o povo não arredar o pé do seu território e acreditar que aquele chão ali é seu”. Rose cita a recente publicação do Relatório de Violências pelo CIMI, que teve boa repercussão nacional e internacional. Nesse âmbito, julga importante as denúncias feitas na ONU e na OEA. Manter as alianças, contudo, é o que mais importa: “Não se dividir e acreditar na utopia, nunca perder o sonho e a esperança”.

Rose destaca ainda o papel das mulheres na luta: “As pautas específicas das mulheres são bem fortes. Por exemplo, aqui no Acre, tem uma organização de mulheres indígenas cujo nome, na língua Apurinã, significa ‘mulher’. Essas mulheres lutam com seus filhos no colo por demarcação de seus territórios, por saúde, por educação. Nas aldeias, são elas as responsáveis pela perpetuação da cultura, da língua; são mulheres trabalhadeiras. Às vezes, eu fico com o coração triste de ver elas carregando nas costas o paneiro cheio de lenha, de macaxeira, mas também elas carregam no colo os filhos com febre e sabem que não haverá tratamento médico porque a equipe de saúde só passa de vez em quando nas aldeias e o atendimento é paliativo. Então, são elas que vão até a mata buscar os remédios que possam curar seus filhos e dar esperança ao povo”.

O simples fato de estarem aqui, de existirem, resistirem e manterem acesas as suas culturas em cenário de tamanha violência já é algo importante: “Não admitem o genocídio, a omissão, a imposição de uma política indigenista sem compromisso com eles”, fala Rose sobre as resistências indígenas. Sobre as posições do CIMI, afirma que “as principais políticas públicas defendidas por nós são as questões da demarcação dos territórios; educação; saúde e o ‘ambiente inteiro’, onde a gente possa respirar com dignidade; o respeito à casa comum. Essa é uma das principais bandeiras de nossa luta. Seguimos na esperança ao lado dos povos originários, das comunidades tradicionais e de todos os setores engajados na luta em defesa dos direitos humanos, construindo o caminho do Bem Viver” — que, aliás, bem lembra a Rose, aprendemos exatamente com os povos originários.



Organização na cidade: uma sociedade dividida em classes

Fernando Campos Costa – MTST – Amigos da Terra Brasil

Imagine você. O terreno da vila em que seus avós chegaram, construíram sua casa, plantaram e cultivaram seus alimentos e árvores, cuidaram de seus animais, criaram filhos que criaram filhos que criaram filhos. Até que, um belo dia, não mais. Vocês não podem continuar nessa casa, nem vocês, nem vizinho algum. O aeroporto aqui do lado precisa desse pedaço de chão para aumentar o tamanho da pista de pouso e, sinto muito, vocês estão atrapalhando, precisam sair. Não se preocupem, já até construímos apartamentos para as famílias, com uma infraestrutura muito melhor do que essa da casinha de vocês, fiquem tranquilos. "Mas essa é minha casa, minha história, eu não quero sair". Não interessa, lamento muito, já temos ordem de despejo, vamos cadastrar as casas e as famílias e vocês vão precisar sair mais cedo ou mais tarde.

Foi mais ou menos nesse tom que o Estado chegou na Vila Nazaré, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde, há 10 anos, centenas de famílias estão sendo removidas de suas casas, territórios onde construíram laços afetivos de comunidade, solidariedade, uma teia de relações de apoio tamanha que ninguém precisa se preocupar em trancar as portas ou janelas. "Mais ou menos" porque muitas vezes os representantes do município chegam de forma completamente violenta, com a presença da Brigada Militar (Polícia Militar gaúcha) intimidando moradores e moradoras e até ameaçando lideranças comunitárias. No caso da Vila Nazaré, o Aeroporto Salgado Filho, hoje gerenciado pela empresa alemã Fraport, é responsável por remover essas famílias com o objetivo de ampliar a pista de pouso. Esse cenário não é exclusividade de uma única comunidade ou metrópole – as remoções são históricas e repetem-se. As grandes semelhanças, nem um pouco "meras coincidências", entre elas? São sempre com pessoas pobres – de dinheiro, sabemos, porque de espírito são isso: comunidade, solidariedade, afeto. Valores que passam longe da realidade daqueles que chegam para remover e nunca sequer escutaram quem ali viveu toda sua vida.

Imagine agora que você vive em um condomínio de luxo. Porteiro 24 horas. Câmeras de vigilância. Consegue conceber a possibilidade de o Estado chegar para te remover da sua casa? Você, provavelmente, diria "eu paguei por essa propriedade, ela é minha". Assim são estruturadas as relações de poder na cidade e, de certa forma, no campo também: quem tem grana tem propriedade, ou, no mínimo, a possibilidade de escolha. Quem não tem fica à margem. A segregação nas cidades é resultado de uma política discriminatória por parte do poder público, de um Estado que não tem como projeto central defender a vida do povo, mas sim interesses de alguns setores privilegiados, normalmente as grandes corporações. Quem acompanha de perto essas desigualdades urbanas e a luta pela justiça na cidade de Porto Alegre é Fernando Campos Costa, organizado na Amigos da Terra Brasil (ATBr) e no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Fernando lembra o processo de êxodo rural, onde tudo começa, quando milhares de pessoas deixam o campo para buscar uma vida melhor na cidade e, muitas vezes, acabam assim – empurradas para as periferias.

"Esse êxodo rural, essa inversão de população foi feita de forma sem controle, sem nenhum planejamento, foi o que restou para os trabalhadores e trabalhadoras pra sobreviverem. Essa realidade, vir para a cidade na expectativa de melhorar a sua vida, seja com serviços, seja com trabalho, seja inclusive para buscar uma solução para a fome, normalmente uma realidade muito difícil, né, que normalmente as pessoas vêm em um processo de exclusão total e a cidade acaba sendo a última guarida dessas pessoas em um processo de sobrevivência. A gente entende que esse processo de forma não planejada, não garantindo direitos, ele foi gerando uma precarização da vida, um processo supercrítico de acesso à água, a saneamento, à moradia, a trabalho, à saúde, à educação. Todos esses direitos garantidos na Constituição são de difícil acesso na cidade. É importante a gente entender também que, mesmo com toda informação que a cidade acumula, a exclusão se torna, muitas vezes, também tão difícil quanto no campo.", comenta.

A principal causa de luta do MTST é o direito à moradia. Em um contexto de pandemia, onde a campanha massiva dos meios de comunicação era "fique em casa", as injustiças gritaram ainda mais. Sim, ainda tem gente sem casa. E o pior, muita casa sem gente. É o caso dos imóveis abandonados ou desocupados, sem cumprir uma função social, normalmente na posse do Estado (do município, do governo). Como solucionar essa questão sem a vontade política, sem o verdadeiro interesse em diminuir

DESI
GUAL
DADE

as desigualdades? “Isso é uma coisa muito importante que eu acho que a pandemia trouxe para nós, que não vai ter como achar uma solução se não tiver uma distribuição, uma divisão, que os mais ricos paguem a conta, que as elites paguem a conta, que o lucro seja diminuído, as diferenças, né? De a gente poder ver que uma pessoa não consegue lavar as mãos e outra pessoa ganha com diversas casas, inclusive muitas vezes vazias...”, comenta Fernando.

Uma das ferramentas de participação do direito à democracia, de construção de um planejamento coletivo sobre a organização do espaço urbano hoje é – ou deveria ser – o Plano Diretor. Previsto no Estatuto das Cidades, o Plano Diretor é o marco legal que rege o planejamento do território, nas zonas urbana e rural da cidade. A legislação deve ser revisada a cada 10 anos, com a construção de debates abertos com a sociedade. Em Porto Alegre, o Plano Diretor já está em processo de revisão, mas os debates... Bem, esses ainda não aconteceram, e a participação das organizações sociais segue pequena, praticamente nula.

“Então a gente vê a principal ferramenta de equilíbrio, de busca de uma solução conciliatória na cidade, ela é apropriada pelas corporações, ela é apropriada pelo Estado, inclusive internacionalmente né, hoje a gente tem interferência internacional nos processos de planejamento, seja do Banco Mundial, seja do Banco Interamericano né, então ação dos bancos frente às terras da cidade. Então, a gente vê a disputa do campo por terra e a disputa na cidade é muito semelhante porque são disputados espaço a espaço, inclusive expondo comunidades ao despejo, que é algo que a gente vem enfrentando diariamente na cidade”, reflete Fernando.

“Como é que valoriza uma terra na cidade? E, então, principalmente isso, essa propriedade da terra na cidade, a gente tem área de interesse cultural, áreas de interesse social, áreas de interesse ambiental. [...] Como é que a gente pode garantir que Porto Alegre tenha uma zona rural, que qualquer cidade tenha uma zona rural, produzindo alimentos próximos. Como é que a gente pode garantir água de qualidade nas nascentes da cidade? Como é que se pode garantir o acesso a essas nascentes? Hoje mesmo, se tendo direito de acesso, essas nascentes são privatizadas. Então é bem importante a gente conseguir ressignificar as questões rurais na cidade porque são necessidades também. A gente pensa na questão da insolação, a gente pensa na questão da ventilação, são questões que são limitadas a partir da forma de enxergar a cidade e a forma como a especulação imobiliária se apropria desse Plano Diretor e condiciona a vida na cidade a partir



Heitor Jardim

de um modelo economicamente viável para essas empresas e não para a sociedade, não o que seja melhor para a saúde [da população].”, conclui.

As questões ambientais não tardam a aparecer na cidade, seja pela poluição das águas, seja do ar, seja do solo. Mas muitas narrativas ainda responsabilizam os indivíduos, os cidadãos, como se as atitudes individuais fossem suficientes para criar um problema ou uma solução. Enquanto isso, os donos de grandes empresas como a Copelmi, mineradora que tenta hoje instalar uma mina de carvão a céu aberto bem perto da cidade de Porto Alegre, seguem impunes, angariando terras e construindo megaprojetos de devastação tanto das áreas verdes, quanto das áreas urbanas que poderiam ser ocupadas para fins coletivos e não individuais. Muitas dessas empresas maquiam suas ações violentas com propagandas de supostas ações sustentáveis. Fernando relembra uma dessas situações recentes na cidade de Porto Alegre, no ano de 2014. “A forma de propaganda, a forma de trabalhar o mental das pessoas é muito forte... então a gente teve a experiência da Copa do Mundo onde a gente teve o gol verde né, que, a cada gol, árvores eram plantadas... a gente teve a Copa Orgânica onde os alimentos fornecidos eram orgânicos, da Copa do Mundo. Então, a gente tinha os parques da Copa, que eram parques de preservação ambiental

que serviam de apoio às estruturas, a gente teve estádios de futebol com o discurso de que são prédios verdes, prédios sustentáveis, mas a gente vê que, na verdade, toda essa maquiagem foi para esconder as violações, as pessoas que foram removidas de forma violenta, as pessoas que morreram nesse processo de remoção, as pessoas que foram criminalizadas... Porque essas empresas do setor continuam com a mesma forma tóxica e violenta... a forma de remoção não é uma questão de uma aceitação dos moradores".

"Então a gente viu, aqui em Porto Alegre, áreas públicas serão cedidas à iniciativa privada no meio de bolsões de déficit habitacional... a gente viu aqui o Jockey Club sendo vendido para as empresas, sendo que aqui nós temos um bairro inteiro com quase duas mil famílias precisando de moradia... E então é isso, é mais fácil remover essas famílias para a periferia da periferia, onde não tem infraestrutura, onde não tem transporte, onde não tem saúde, onde não tem educação, onde não tem nenhum serviço... Sendo que essas famílias, muitas vezes, já viveram isso. Historicamente, essas famílias vêm sendo empurradas em sequências e, cada vez que chega o "desenvolvimento", que chega a infraestrutura, que chega a melhoria da vida dessas famílias, essas famílias escutam "ó, só não vai ter espaço para vocês aqui"."

Para transformar essa realidade, resistir aos processos de despejo e às violações de direitos, garantir a dignidade das pessoas, existe, pelo menos, um caminho possível – historicamente testado e verificado – a organização popular, que Fernando defende como o "primeiro passo para qualquer ideia de transformação, seja na cidade ou no campo".

"A gente precisa de um processo que seja popular, que dialogue com a realidade das pessoas que mais precisam, que mais são atingidas por esse processo de luta de classe. Então, dentro das questões, que são as questões que mais a gente tem buscado, está essa realidade de garantia dos territórios, de qualificação do território né, e aí soluções que venham do próprio território como as hortas urbanas dentro das comunidades, os processos de autogestão para construção das moradias, a própria ocupação enquanto ação política, o tema de buscar relação com os movimentos do campo para compra de alimentos coletivos."

Nessa onda de solidariedade que quem vive em comunidade sempre surfou, algumas iniciativas destacam-se, como a "Contrate Quem Luta", uma campanha pela contratação de militantes de dentro das ocupações urbanas. Muitas cozinhas comunitárias foram organizadas, redes de apoio para que ninguém passe fome em um momento tão delicado de crise mundial e desemprego em massa. "Então, são iniciativas e, principalmente nessa ideia da solidariedade, que é fundamental, que é o que mostra que as pessoas ainda estão vivas e não viraram máquinas, que elas acreditam na solidariedade, constroem laços de solidariedade e que isso pode, pelo menos, ajudar a encarar essa realidade juntos aí para fazermos a mudança", comenta Fernando.



A caatinga ensina

Marcelo Galassi – AS-PTA Pólo da Borborema

Lagoa Seca, Queimada, Areal, Matinhos, Arara, Solânea, Lagoa Nova, Esperança. Talvez você não tenha se dado conta, mas estamos adentrando o semiárido brasileiro e esses são alguns nomes, entre tantos, dos municípios da região, onde estão localizadas centenas de comunidades de agricultores.

No semiárido, as chuvas dão as caras durante apenas quatro meses. Para a maior parte das pessoas, pensar em um clima seco é lembrar de imagens que remetem à falta de água, animais desnutridos, solo rachado e escassez de alimentos. Mas o que se vê e, principalmente, o que se aprendeu por aqui, foi a construção de estratégias aliadas ao conhecimento popular para adaptar-se à seca e produzir alimento saudável. Sim, é possível. Embora seja uma região semiárida, as principais dificuldades não estão relacionadas ao clima, não são os fenômenos de estiagem. Quem garante é Marcelo Galassi, coordenador do programa de agroecologia da AS-PTA Pólo da Borborema, associação que atua em um território que envolve 14 municípios no agreste da Borborema, na Paraíba. “Os períodos de estiagem são fenômenos naturais da região, que as nossas comunidades, ao longo do tempo, foram se adaptando e construindo estratégias de convivência”.

Nesses territórios, as terras são pequenas, de 2 a 3 hectares, são onde concentram-se trabalhadores da agricultura familiar. São territórios de luta pela terra, com famílias que conseguem produzir, seja com a reorganização do projeto produtivo, seja com a estocagem de alimentos ou a troca de sementes.

Há muita biodiversidade também. Em um raio de 30km, observa-se uma variação climática grande, com áreas mais úmidas e outras mais secas, o que também permite uma diversidade de agriculturas. Segundo Marcelo, a caatinga possui uma vegetação fascinante, tem uma capacidade de adaptação ao período seco que impressiona. E ensina.

“Em novembro, a paisagem é cinzenta, praticamente sem folha, mas, com a chegada da chuva, com pouca chuva, já se tem a rebrota, que é impressionante. Essa resistência da vegetação nos ensina a remanejar, a segurar a água , estocar nutrientes”, conta.

Por muitas vezes, as famílias veem a seca se tornar tática política de governos para atrair recursos internacionais com apenas ações emergenciais e projetos que não contemplam a estruturação das comunidades por meio do conhecimento local. E essa sim é uma das dificuldades dos camponeses da região, resistir às ideias construídas em gabinete, com base no monocultivo, na dependência de insumos voltados para a exportação. É claro que, com o atual governo, os problemas agravaram-se devido ao desmonte dos programas de apoio para a agricultura familiar no semiárido. Após conquistas importantes, como a parceria com o Governo Federal em programas de acesso à água, políticas de assistência técnica voltada à agroecologia e banco de sementes, isso tudo foi desmontado pelo atual governo Bolsonaro. Muito do que se conquistou se perdeu, como a própria relação de como construir políticas e espaços de debates,



Arquivo pessoal



Fotos: Arquivo pessoal

que agora nem existem mais.

"A ausência de políticas públicas que valorizem as estratégias de convivência com o semiárido adotadas pelas famílias, como de acesso à água, estocagem de sementes crioulas, essa ausência nos prejudica. Pois os projetos que sempre deram certo foram os que partiam da experiência dos nossos agricultores, das formas organizativas das nossas comunidades. Além disso, tem o retrocesso com essa visão conservadora de desvalorização das mulheres, das pessoas negras e quilombolas", afirma Marcelo.

Um retrocesso que pode acentuar a desigualdade de gênero, ainda muito forte no semiárido como um todo e que, associado à violência contra as mulheres, representa um problema sério e um bloqueio para o desenvolvimento das comunidades. Para além, quando o vermelho do sangue mistura-se ao da terra, muitas comunidades se esvaziam. A disputa pelo território e o aumento da violência no campo, nesse período, fizeram as pessoas abandonarem suas casas e migrarem para as cidades. Com isso, também ocorre um movimento de reconcentração da terra, com a compra por parte de poucos empresários. "Aí também abre espaço para os grandes projetos que vêm numa perspectiva de explorar a riqueza, como a mineração no território vizinho, os parques eólicos no sertão e na Borborema, que apresentam contratos mais longos e um grande impacto social e ambiental. Cria uma dependência e o aluguel da propriedade nem é um recurso tão grande", alerta.

A destruição de ecossistemas pelos impactos de grandes projetos também já é observado. Mesmo estando acostumados com o clima seco, as mudanças climáticas já têm efeitos visíveis na região. No ano passado, as famílias viveram um ciclo de seca severo, com 25% a 30% abaixo da média de chuva, causando mudanças na paisagem, com sinais até de desertificação.

Mas tem muita coisa construída através do conhecimento das comunidades. Frente a todas as dificuldades, ainda assim, as redes de agricultores e organizações se fortaleceram, com a gestão coletiva dos bens comuns. Apesar de ter vivido esse ciclo com impactos na economia, o território tem uma trajetória de inovação na construção da agroecologia e da agricultura familiar por 27 anos. Dessa forma, esse ciclo de seca foi menos sentido que ciclos anteriores.

"Nós temos banco de sementes comunitárias, poupança comunitária, a comunidade decide onde investir, com debates, mutirões de trabalho, fortalecimento das redes de agricultores, grupo de mulheres e da juventude. Temos a marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia, a juventude construindo o seu protagonismo e o seu projeto pra agricultura. São elementos-chave de resistência aqui no semiárido e assim seguimos".



Recua, Bolsonaro: povos originários em resistência às políticas anti-indigenistas



Jairã da Silva Santos Sampaio – Aldeia Tingui-Botó/APIB

O vento empurrado pelas pás do ventilador interfere no microfone. Jairã, então, desliga o aparelho e abre um pouco a janela: nossa conversa dá-se no calor do agreste de Alagoas e, ainda que via internet, as palavras calmas de Jairã levam-nos até a comunidade Tingui-Botó, onde cerca de 500 indígenas vivem entre os municípios de Feira Grande e Arapiraca.

Militante da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e agrônomo de formação, Jairã reforça a importância de compreendermos o movimento indígena para além das bandeiras tradicionais — e inevitáveis — como do acesso à terra. Ele fala em apresentar um modelo de desenvolvimento: "E isso já existe", completa, "que é o modelo que os indígenas sempre executaram nos seus territórios: a gente entende que o caminho do que os não-indígenas denominam de 'agroecologia' é a melhor forma de se relacionar com os nossos modelos de produção".

Jairã traz logo para o começo da conversa suas propostas de defesa da agroecologia e dos modos de vida indígenas porque não quer gastar energia debatendo políticas ambientais e indigenistas do governo Bolsonaro — algo que, aliás, sequer existe: "Nas minhas conversas, nem tenho gastado muita energia para conversar sobre algo que não existe. O que existe é uma política contrária — e não só a política ambiental, mas a política que beneficia os trabalhadores e as minorias étnicas, sociais e raciais. A postura de alguns representantes do governo, sobretudo o ministro do Meio Ambiente [Ricardo Salles], evidencia isso: não existe política ambiental no governo Bolsonaro, existe política antiambiental; não existe política indigenista, existe política anti-indigenista".

Como a comprovar seu ponto, Jairã rememora um dos primeiros atos de Bolsonaro no governo: a Medida Provisória que pretendia transferir ao Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Em janeiro de 2019, Bolsonaro editou uma MP tirando da Funai as funções de demarcação; o Congresso vetou. Em junho, reeditou a MP, forçando a mudança novamente. Dessa vez, o Supremo Tribunal Federal (STF) interferiu. Ainda que derrotado, Bolsonaro mostra, pela insistência, que interesses defende: "O governo já disse a que veio e essa medida afetava todos os territórios indígenas do Brasil".

Obrigado a recuar, o governo Bolsonaro teve que retroceder em outros momentos também, graças à pressão popular e dos movimentos sociais. Como exemplo, Jairã destaca os ataques às políticas de saúde indígena: "Houve uma tentativa do ministro — à época, Luiz Henrique Mandetta — de municipalizar e retirar as atribuições do Governo Federal perante a saúde indígena. Mas o governo recuou, não segurou a pressão do movimento".

Outros ataques também preocupam e, embora não queiramos gastar energia com o anti-indigenismo de Bolsonaro, é impossível que o assunto não recaia para as frequentes violações de direitos e violências sofridas pelos povos originários. Talvez o ataque mais simbólico, ainda em disputa, seja a tese do "marco temporal" — intenção de só reconhecer os territórios indígenas de povos que estavam habitando o território no dia da promulgação da Constituição de 1988: "São vários absurdos referentes a processos de lei e os não-indígenas usam a caneta para atacar".

Pela caneta, o governo vem sucateando e tirando poder dos órgãos indigenistas e de proteção ambiental no Brasil, em especial a Funai. Jairã fala ainda das acusações de Bolsonaro de que, por trás do fogo na Amazônia, no Pantanal e em todos os biomas brasileiros, estariam indígenas e outras comunidades tradicionais; dizer isso não deixa de ser uma forma de pressionar, ainda mais, as comunidades e territórios dos povos originários. Recentemente, em fala na ONU, Bolsonaro afirmou que os incêndios acontecem no entorno das florestas, "onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas". A mentira é óbvia e visa proteger os verdadeiros responsáveis pelo fogo: os grandes fazendeiros do agronegócio, interessados em expandir seus monocultivos e a pecuária extensiva.

Militarização e descaso com a saúde indígena

Outra questão do atual governo é a militarização dos territórios e da política — Jairã fala da "tara" de Bolsonaro por militares no poder (não é novidade: o presidente defende, abertamente, a

tortura e a ditadura militar): “O Departamento de Saúde Especial Indigenista, que é um órgão que lida, diretamente, com o pessoal indígena, é comandado por um militar. São pessoas despreparadas para lidar com a causa indígena, com as demandas e com os anseios dos povos. Eles trazem uma visão integracionista, de integrar o indígena à sociedade, como se o indígena não fosse capaz de conduzir seu próprio destino”.

Durante a pandemia, por iniciativa dos próprios indígenas, montou-se uma barreira sanitária na entrada da aldeia. A SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) não apoiou sequer com equipamentos de proteção individual básicos, como máscaras, luvas, álcool: “A gente tá passando a pandemia todinha sem um médico, a gente não tem assistência médica. Mas o que a gente estava vendo até bem pouco tempo era a circulação de viaturas policiais. Mas a gente não entende o problema da pandemia como problema de segurança pública; a gente não precisa disso, a gente precisa de médico”.

Embora a comunidade onde Jairã vive não registre conflitos de terra — parte do território foi adquirido nos anos 1970, pela igreja, e o restante em 2006, no governo do PT — a compreensão mais ampla de “território” não permite que um povo se desvincule dos outros que sofrem ataques: em Alagoas, são 11 comunidades indígenas e cada povo tem uma identidade própria, com diferenças entre os povos



do sertão e do baixo São Francisco, onde Jairã está, por exemplo. Ainda assim, perdura a solidariedade entre os povos-irmãos: “A gente tem essa compreensão de que o nosso território não tem limite geográfico; pensando em territórios culturais, a gente tem esse conflito dos irmãos Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó, que sofrem ameaça de despejo”.

Ausência de políticas públicas e eleições

A não-demarcação de terras tem servido também como justificativa para a ausência de outras políticas públicas. Por exemplo, o Estado exime-se de construir uma escola, alegando que as terras não são demarcadas; contudo, a obrigação de demarcação é do próprio Estado. “São experiências que acontecem com os povos indígenas do sertão de Alagoas. São povos que se organizam socialmente, culturalmente, sem um território físico, em periferias de cidades, em terras particulares, lotes individuais, mas que buscam formas de sobreviver enquanto povo, de não deixar morrer a identidade coletiva que eles têm. Nesse quesito, é a principal problemática das políticas de acesso à terra aqui no estado”, explica Jairã.

Com algum pessimismo, ele fala também sobre o período de eleições em 2020: “A gente não vê as coisas com esperança tão profunda assim, sabe? A gente sabe que dias melhores virão, mas, para que a gente chegue até lá, talvez a gente precise passar por alguns momentos um pouco complicados, como os que a gente vive. Eu sou daqueles que acham que a eleição não muda tudo, sabe?, que eleição é só mais um momento pra sustentar a democracia burguesa que a gente vive. Mas, infelizmente, com o poder que a eleição tem, quando é pra pior ela muda e vem com mais força”.

E completa: “A gente faz uma reflexão sobre isso, as camadas mais baixas, inclusive nossos próprios parentes indígenas, sobre qual o nosso papel neste período de eleições. A gente sabe que a gente tem uma estrutura política no país que não permite a organização dos de baixo, mas, se a gente fortalece politicamente as nossas bases, a gente vai ter, ao menos, a noção de como as coisas funcionam, vai ter a dimensão de como é esse poder, se organizar. E aí a gente vai estar mais apto a buscar estratégias para enfrentá-los. Bolsonaro teve 98% de rejeição entre os indígenas na eleição, mas boa parte desses 98% que não votaram em Bolsonaro votaram em deputados, senadores, deputados estaduais e governadores que apoiaram ele. Talvez essa seja a ideia que precisa ser trabalhada localmente, para se fazer trabalho de base, fazer formação política nas comunidades, compreender o papel que cada um exerce”.

Precisamos (nos) voltar ao Brasil

Toya Manchineri – APIB/COIAB/COICA



Se repete muitas vezes e há muito tempo: que se cumpra a Constituição de 88. Mas não se cumpriu plenamente e não se cumpre até hoje. O atraso nas demarcações dos territórios indígenas já passa dos 20 anos, se pensarmos que, até o ano 2000, deveriam ter sido demarcados. Mas, como vimos e sabemos, a dívida com esses povos passa dos 500 anos.

Toya Manchineri sabe bem essa conta e nos conta que, na soma mais recente, entra também a tentativa do Estado brasileiro, através de emenda parlamentar, tornar os territórios indígenas não mais de usufruto exclusivo, mas destinar parte desses territórios para empreendimentos de terceiros. Isso significa que Bolsonaro quer mineração, madeireiras, plantio de soja ou a própria pecuária funcionando dentro das terras desses povos, que lutam há séculos na preservação da sua casa e da sua cultura.

É o velho discurso do desenvolvimento para essas regiões. Discurso que chegou junto às caravelas, com portugueses ofertando espelhos, mas que se refletiu num rastro histórico de sangue e violência contra os povos originários.

"Eu acho que nenhum povo, seja ele indígena, quilombola, ribeirinho ou extrativista, é contra a questão do desenvolvimento do país ou da região. O governo tenta nos diminuir e nos colocar contra o desenvolvimento. A gente é a favor de um desenvolvimento que incorpore os conhecimentos daqueles que, na região, vivem, porque o desenvolvimento pensado nos escritórios dos brasileiros é apenas para comércio, pensam no quanto de produtos vão extrair da Amazônia e quanto que isso vai significar no PIB brasileiro, mas não pensam nas pessoas que ali vivem", diz Toya, que é membro da coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e das organizações da Bacia Amazônica (Coica), com atuação na região de Rio Branco, no Acre.

É o conhecimento dos povos da floresta que permite a Amazônia ficar de pé, a biodiversidade estar viva e o espírito forte. Isso também é parte da resistência desses povos diante da maior crise de saúde da nossa contemporaneidade, na qual tivemos que ficar em casa para proteger-nos de um vírus, mas não conseguimos nos conectar, verdadeiramente, com aquilo que poderia nos proteger de novas pandemias: a preservação dos bens comuns, da biodiversidade e dos modos de vida desses povos.

Para as comunidades indígenas da Amazônia, a morte provocada pelo coronavírus chegou junto com as queimadas. Sem o cuidado necessário a que essas populações têm direito. Foi preciso que a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), com suas organizações regionais e apoio de alguns partidos políticos, entrasse com uma ação (ADPF 709) no Supremo Tribunal Federal para obrigar o Estado brasileiro a cumprir a Constituição e levar boa qualidade de saúde para os povos indígenas durante a pandemia.

Aproveitam-se da pandemia para "passar a boiada" e sufocar a vida. Até o mês de setembro, o estado do Acre teve o maior número de queimadas dos últimos quatro anos, com 6,3 mil focos de incêndio. Um cenário de destruição, com as fontes de água secando, a biodiversidade perdendo-se e a alimentação ficando prejudicada.

"A gente tira tudo do território, a alimentação, a água, medicamentos, as frutas, tudo vem dos nossos territórios. Quando tu tens o território destruído, isso acaba causando um grande impacto naquele povo, naquela comunidade, então vai ter que trabalhar programas de fortalecimento da segurança alimentar dos povos indígenas e recuperar as áreas degradadas, sejam elas feitas por queimadas, garimpos ou por retirada de madeira ilegal", explica Toya.

Uma explicação simples e de fácil compreensão para quem tem o mínimo de sensibilidade humana. Mas os ataques que essas populações precisam enfrentar, seja de governos, seja de grandes empresas, não se esgotam na sanha desenfreada pelo lucro. Eles sustentam-se também por uma desconexão da população brasileira com a floresta desse país de dimensões continentais. E talvez seja por isso que os povos indígenas percebam a necessidade de explicar mais sobre a importância daquilo que fazemos parte, mas que enxergamos tão longe de nós.

"É como quando você constrói a sua casa, dá tudo para que fique bonita e aí vem alguém toca fogo do lado de fora e você vê a sua casa pegando fogo. Isso entra na cabeça das pessoas, principalmente os mais antigos, é uma coisa que mexe com a cabeça, com o coração. Ver todo um patrimônio, toda sua riqueza, onde criou os filhos e os netos, ser destruído. O impacto é grande não só pela questão da destruição da biodiversidade naquela terra, mas também pelo impacto emocional deixado nos mais antigos, ali tá todo o conhecimento tradicional

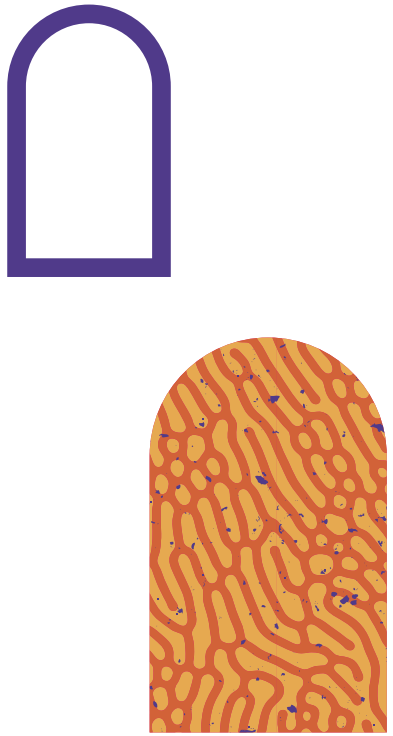
deles em relação às plantas medicinais, como ele vai fazer o uso das suas plantas, como que ele vai fazer algumas curas, como teriam plantas que ele pudesse tá usando nos seus rituais. Então, esse impacto as pessoas não veem, não sentem, os nossos mais antigos não falam, mas o impacto é forte na mente deles".

Se há quem não consiga ou não queira enxergar, com certeza há muitos para mostrar. O poder dos povos indígenas está na mobilização, herança ancestral das suas lutas e resistências. Mesmo diante da pandemia e no contexto do governo Bolsonaro, eles conseguiram realizar um grande Acampamento Terra Livre em 2020, de forma virtual. Seguem firmes nas aldeias e comunidades para fazer o levantamento em números dos impactos causados pelo coronavírus e pelo fogo criminoso, caso por caso, região por região. "Da destruição deixada pela pandemia, às queimadas e outros desastres deixados pelo homem, vamos fazer um estudo minucioso. E a partir daí, nós vamos ter que construir planos que promovam o conhecimento dos povos indígenas, planos que contribuam para o fortalecimento da segurança alimentar", afirma Toya.

Para estar a favor de políticas públicas que respeitem os modos de vida dessas populações e somar-se a essas lutas, Toya acredita que o movimento do trabalho a nível internacional, que tem conquistado importantes financiamentos filantrópicos, também precisa fazer o caminho de volta ao Brasil. É do norte, do estado do país dito menos conhecido pelo brasileiro médio, que é de onde vem a principal convocação:

"Nós precisamos voltar para que os brasileiros conheçam esse potencial, essa beleza, essa riqueza que tem no nosso país. A população vai se importar mais com suas riquezas, com suas 230 línguas que aqui existem fora o português e perceber que o país é pluriétnico e é muito rico em cultura e em biodiversidade".

Voltemos juntos.



ANEXOS

Carta de Belém

Carta de fundação

Somos organizações e movimentos socioambientais, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa, agroextrativistas, quilombolas, organizações de mulheres, organizações populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e povos originários que compartilham a luta contra o desmatamento e por justiça ambiental na Amazônia e no Brasil. Reunimos-nos no seminário "Clima e Floresta -REDD e mecanismos de mercado como solução para a Amazônia?", realizado em Belém em 02 e 03 de outubro de 2009, para analisarmos as propostas em curso de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) para a região à luz de nossas experiências sobre as políticas e programas implementados na região nas últimas décadas. Nesta Carta vimos a público manifestar nossa reivindicação que o governo brasileiro rejeite a utilização do REDD como mecanismo de mercado de carbono e que o mesmo não seja aceito como compensação às emissões dos países do Norte.

Rechaçamos os mecanismos de mercado como instrumentos para reduzir as emissões de carbono, baseados na firme certeza que o mercado não é o espaço capaz de assumir a responsabilidade sobre a vida no planeta. A Conferência das Partes (COP) e seus desdobramentos mostraram que os governos não estão dispostos a assumir compromissos públicos consistentes, transferem a responsabilidade prática de cumprimentos de metas, além do que notoriamente insuficientes, à iniciativa privada. Isso faz com que, enquanto os investimentos públicos e o controle sobre o cumprimento de metas patinem, legitima-se a expansão de mercado mundial de CO2, que aparece como uma nova forma de investimento de capital financeiro e de sobrevida a um modelo de produção e de consumo falido.

As propostas de REDD em debate não diferenciam florestas nativas de monoculturas extensivas de árvores, e permitem aos atores econômicos – que historicamente destruíram os ecossistemas e expulsaram as populações que vivem neles – encontrarem nos mecanismos de valorização da floresta em pé maneiras de continuar com e fortalecer seu poder econômico e político em detrimento dessas populações. Além disso, corremos o risco que os países industrializados não reduzam drasticamente suas emissões pela queima de combustíveis fósseis e mantenham

um modelo de produção e de consumo insustentáveis. Precisamos de acordos que obriguem os países do Norte a reconhecerem a sua dívida climática e a se comprometerem com a reparação da mesma.

Para o Brasil, as negociações internacionais sobre clima não podem estar focadas no debate sobre REDD e outros mecanismos de mercado e sim na transição para um novo modelo de produção, distribuição e consumo, baseado na agroecologia, na economia solidária e numa matriz energética diversificada e descentralizada, que garantam a segurança e soberania alimentar.

O desafio central para o enfrentamento do desmatamento na Amazônia e em outros biomas do país é a solução dos graves problemas fundiários, que estão na raiz dos conflitos sócio-ambientais. O desmatamento-resultante do avanço das monoculturas, das políticas que favorecem o agronegócio e um modelo de desenvolvimento voltado à exploração predatória e exportação de recursos naturais-só será evitado com a resolução da questão fundiária, a partir de uma Reforma Agrária e de um reordenamento territorial em bases sustentáveis, e do reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e povos originários.

Temos outra visão de território, desenvolvimento e economia, que estamos construindo ao longo do tempo, articulando o uso sustentável da floresta e o livre uso da biodiversidade. Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas que permitam o reconhecimento e valorização dessas práticas tradicionais, baseadas na convivência entre produção e preservação ambiental.

Nos comprometemos a seguir lutando a partir destas premissas, e para que todo e qualquer mecanismo de redução do desmatamento esteja inserido em uma visão abrangente de políticas públicas e fundos públicos e voluntários que viabilizem nossos direitos e a vida na Amazônia e no planeta.

Assinam:

Amigos da Terra Brasil, ANA: Articulação Nacional de Agroecologia - Associação Agroecológica Tijupá - Associação Civil Alternativa Terrazul- APACC: Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - APA/TO: Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins- CEAPAC: Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEDENPA: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará- COFRUTA: Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba - Coletivo Jovem Pará - Comissão Quilombola de Sapê do Norte – Espírito Santo - CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CUT: Central Única dos Trabalhadores - FASE: Solidariedade e Educação - FAOC: Fórum da Amazônia Ocidental - FAOR: Fórum da Amazônia Oriental - FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil- FETAGRI: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará - FETRAF: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - FMAP: Fórum Mulheres Amazônia Paraense - FORMAD: Fórum Mato-Grossense pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente - Fórum BR 163 - Fórum Carajás - Fundo Dema - GIAS: Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável do Mato Grosso - GMB: Grupo de Mulheres Brasileiras - IAMAS: Instituto Amazônia Solidária e Sustentável - Instituto Terrazul - MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens - Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - MAMEP: Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará - MMM:Marcha Mundial das Mulheres - MMNEPA: Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense - MMTA/CC: Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade - Movimento Xingu Vivo para Sempre - MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - RBJA: Rede Brasileira de Justiça Ambiental- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais- REBRIP: Rede Brasileira pela Integração dos Povos - RECID: Rede de Educação Cidadã - Rede Cerrado - Rede Alerta contra o Deserto Verde- SDDH: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/ Abaetetuba - STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/Cametá- STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/Lucas do Rio Verde, Mato Grosso - STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/Santarém - Terra de Direitos- UNIPOP: Universidade Popular Via Campesina Brasil.

Belém, 02 e 03 de outubro de 2009.

FICHA TÉCNICA

Entrevistados/as:

1) Kerexu Ixapyry – Comissão Guarani Yvyrupa/ APIB

2) Gracivane Moura – STTR Santarém

3) Daniela Silva Araújo – Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba

4) Célia Cristina da Silva Pinto – CONAQ

5) Vanuza da Conceição Cardoso – Território Quilombola de Abacatal

6) Gelson Luiz de Paula – Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de São Francisco de Assis

7) Miraci Pereira – MST

8) Francisca Maria dos Santos Araújo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urbano Santos/MA

9) Fábio Pacheco – Associação Agroecológica Tijupá

10) Fernando Aristimunho – Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

11) Lucivanda Rodrigues da Silva - MMC

12) Cláudia Sala de Pinho – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras

13) Rose Padilha – CIMI

14) Fernando Campos Costa – MTST/ Amigos da Terra Brasil

15) Marcelo Galassi – AS-PTA Pólo da Borborema

16) Jairã da Silva Santos Sampaio – Aldeia Tingui-Botó/ APIB

17) Toya Manchineri – APIB/ COIAB/COICA

Parceiros:

Amigos da Terra Brasil, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação Nacional de Agroecologia, Associação Agroecológica Tijupá, AS-PTA, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Guarani Yvyrupa, Comitê de Povos Tradicionais do Pampa, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), GRAIN, Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urbano Santos/MA, Terra de Direitos.

Realização:

Grupo Carta de Belém

Apoio:

Fundação Heinrich Boll

Comissão editorial:

Caroline Ferraz, Gabrielle de Paula, Luiza Dorneles, Arthur Walber Viana, Heitor Jardim, Mariana Pontes, Pedro Martins, Fernando Costa e Maureen Santos

Textos e entrevistas:

Caroline Ferraz, Gabrielle de Paula, Luiza Dorneles, Arthur Walber Viana, Heitor Jardim

Projeto gráfico:

Studio Cactus

Revisão:

Laís Webber

Assessoria de Comunicação:

Amigos da Terra Brasil e Grupo Carta de Belém

Novembro de 2020

realização



apoio

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil